

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA

**O IMPACTO DA ENTRADA DOS BANCOS
ESTRANGEIROS NA OFERTA DE CRÉDITO DOS
BANCOS PRIVADOS NACIONAIS**

1332.1
C3642

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará – CAEN/UFC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

LUISA HELENA FREITAS DE SÁ CAVALCANTE

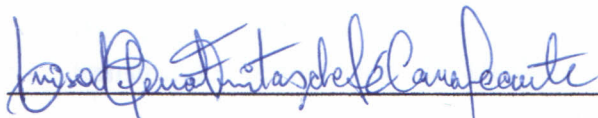
ORIENTADOR: PROF. DR. PAULO DE MELO JORGE NETO

FORTALEZA – CE

2002

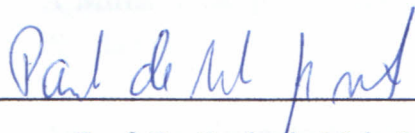
Esta dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Curso de Mestrado em Economia da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida, desde que seja feita em conformidade com as normas científicas.



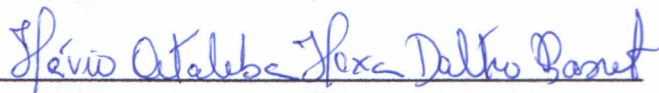
Luisa Helena Freitas de Sá Cavalcante

Dissertação aprovada em 17 de julho de 2002



Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto

Orientador



Prof. Dr. Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto

Membro da Banca Examinadora



Prof. Dr^a Fabiana Fontes Rocha

Membro da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto, pela orientação deste trabalho.

Aos professores do CAEN/UFC, pelos conhecimentos transmitidos dentro e fora da sala de aula.

Ao amigo Carlos Matos Lima, Secretário da Agricultura Irrigada do Ceará, pela compreensão do tempo aplicado na elaboração desse trabalho.

Aos colegas do Banco Central do Brasil, pelas informações que me franquearam.

À Mirna Maia, pela colaboração na obtenção e formatação dos dados.

Aos amigos Erivaldo Arraes e Roberto Cláudio, pelo apoio e incentivo.

À Silvana Teixeira Cavalcante e Marcos Pineschi, pelas sugestões no decorrer desta pesquisa.

Aos companheiros de curso do CAEN.

Aos meus pais, pelo estímulo em todos os momentos e de todas as formas.

A Deus, que sempre guia meus caminhos.

E a todos os que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho mostra que, embora houvesse uma expectativa de que os bancos privados nacionais teriam priorizado as operações de crédito com a estabilização da moeda, o volume total de crédito ofertado ao setor privado teve sua expansão restringida pelo aumento da participação de bancos estrangeiros no sistema financeiro nacional. Utilizando dados contábeis de uma amostra de 37 bancos que sempre estiveram no *ranking* dos 50 maiores por ativo total, obtêm-se resultados indicando que a maior participação estrangeira ocorrida em virtude da liberalização financeira afetou de forma negativa a oferta de crédito dos bancos privados nacionais com relação ao PIB, bem como implicou a destinação de um menor volume dos ativos destes, às operações de crédito. Em resumo, o saldo da liberalização financeira no Brasil, no que diz respeito à oferta de crédito, não foi positivo.

Palavras-chave: oferta de crédito, controle estrangeiro, bancos privados nacionais.

ABSTRACT

This work aims to demonstrate that even though there was an expectation that domestic private banks would have focused on credit operations after the monetary stabilization, the overall volume of supplied credit to the private sector had a cutting in its expansion as consequence of the increasing of foreign banks market share in Brazilian financial banking system. Having accounting data from 37 banks among the top in total assets, the results indicate that the increasing of foreign participation after the financial liberalization affected negatively the domestic credit offering by private banks (having GDP as reference) as well as the volume of assets used in credit operations. Summing up, the results of Brazilian liberalization, in the point of view of credit supply, were not positive at all.

Key-Words: credit supply, foreign control, private domestic banks

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 IMPORTÂNCIA DA LIBERALIZAÇÃO FINANCEIRA PARA O CRÉDITO	4
1.1 Intermediação Financeira	4
1.2 Liberalização Financeira – Discussão	7
1.3 Impactos da Liberalização Financeira no Crédito	8
2 INTERNACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO	14
2.1 Evolução do Sistema Financeiro Brasileiro	14
2.2 Reestruturação de Propriedade dos Bancos	19
2.3 Evolução das Variáveis Bancárias	22
3 O IMPACTO DA ENTRADA DOS BANCOS ESTRANGEIROS NA OFERTA DE CRÉDITO DOS BANCOS PRIVADOS BRASILEIROS: ESTIMAÇÃO E RESULTADOS EMPÍRICOS	29
3.1 Hipóteses	30
3.2 Modelo	31
3.2.1 Modelo de competição bancária	32
3.2.2 Modelo a ser estimado	34
3.2.3 Variáveis	36
3.3 Amostra	37
3.4 Evolução dos Dados	40
3.5 Estimação e resultados	43
3.5.1 Procedimentos	43
3.5.2 Resultados	45
CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

LISTA DE GRÁFICOS

1	Variáveis Bancárias em R\$ (mil)	23
2	Ativos Totais por Tipo de Controle	24
3	Operações de Crédito por tipo de Controle	25
4	Depósitos Totais por tipo de Controle	26
5	Patrimônio Líquido por tipo de Controle	27
6	Operações de Crédito/PIB por tipo de Controle	28
7	Operações de Crédito por tipo de Controle (bancos de amostra)	40
8	Variáveis dos Bancos privados do Modelo I	41
9	Variáveis dos bancos privados do Modelo II	42
10	Variáveis dos bancos estrangeiros dos Modelos I e II	42
11	Variáveis Modelo III	43

LISTA DE QUADROS

Resumo do Número de Bancos por tipo de Controle no Período de dezembro de 1992 a dezembro de 2.000	20
Bancos Estrangeiros Autorizados a Entrar no Sistema Financeiro Brasileiro no Período de 1992 a 2000	21
Aquisições, Transferências de Controle Acionário ou Incorporação dos Bancos no Período de Dez/92 a Dez/00	22
Amostra	39

LISTA DE TABELAS

Operações de crédito dos bancos privados nacionais com relação ao PIB com a entrada dos bancos estrangeiros	45
Operações de crédito dos bancos privados nacionais com relação ao ativo total com a entrada dos bancos estrangeiros	46
<i>Spread</i> dos bancos privados nacionais com a entrada dos bancos estrangeiros	48
Taxa de rendimento das operações de crédito dos bancos privados nacionais com a entrada dos bancos estrangeiros	49
Margem de lucro líquida dos bancos privados nacionais com a entrada dos bancos estrangeiros	50
Lucratividade dos bancos privados nacionais com a entrada dos bancos estrangeiros ...	51

INTRODUÇÃO

A literatura recente sobre crescimento econômico tem despertado interesse sobre as ligações entre sistemas financeiros e o ritmo do desenvolvimento econômico. Modelos de crescimento endógeno, como o de King e Levine (1993), mostram que sistemas financeiros melhores aumentam a probabilidade de inovações com êxito e por meio disso, aceleram o crescimento econômico. Os bancos têm uma importância fundamental nos sistemas financeiros, fornecendo os mais diferentes tipos de bens e serviços neste mercado e influenciando portanto o grau de desenvolvimento e a credibilidade deste, que determinará o compasso do crescimento de um país.

Nas últimas décadas, tem-se observado uma onda de internacionalização de muitas instituições financeiras, visando principalmente aos mercados financeiros de economias em transição e em desenvolvimento, que tenham passado ou que estejam passando pelo processo de abertura do mercado financeiro nacional, permitindo assim a entrada de bancos estrangeiros.

Pontos de vista diferentes apontam os impactos dos bancos multinacionais sobre a oferta de crédito e a estabilidade financeira em países emergentes. Segundo Claessens, Demirgüç-Kunt e Huizinga (2001), a liberalização financeira prossegue, entre outras razões, sobre a premissa de que os ganhos com a entrada dos bancos estrangeiros para o sistema bancário nacional pesam mais do que as perdas.

Levine (1996) menciona que os bancos estrangeiros podem: a) aumentar a qualidade e disponibilidade de serviços financeiros no mercado financeiro doméstico pelo aumento da competição entre os bancos, bem como permitem maior aplicação das mais modernas tecnologias e habilidades bancárias; b) estimular o desenvolvimento da estrutura subjacente legal e de supervisão bancária; e c) incrementar o acesso do país ao capital internacional. Neste sentido, Fry (1995) propõe que uma competição financeira maior causada pela entrada

de bancos multinacionais aumentará a disciplina do mercado, a eficiência dos bancos domésticos e portanto a intermediação financeira e a oferta de crédito. A melhor eficiência na alocação de empréstimos deve estabilizar o sistema bancário na medida em que os bancos se tornam mais hábeis na avaliação dos tomadores.

Stiglitz (1993), por sua vez, chama a atenção para os custos potenciais da entrada dos bancos estrangeiros para os bancos domésticos, empreendedores locais e os resultados governamentais: os bancos nacionais podem incorrer em custos, pois têm que competir com grandes bancos internacionais com melhor reputação; os empreendedores locais podem ter menos acesso aos serviços financeiros, pois geralmente os bancos estrangeiros se concentram em firmas multinacionais; e os governos podem ter o controle da economia diminuído, pois os bancos estrangeiros tendem a ser menos sensíveis às suas metas.

Outros, como Demirgüç-Kunt e Detragiache (1998), argumentam que a presença crescente de bancos multinacionais pode induzir os bancos domésticos a emprestar mais, porém para projetos mais arriscados, pois eles se tornam menos prudentes nas suas atividades num ambiente de pressões competitivas. Nesta visão, a exposição da expansão dos empréstimos dos bancos domésticos levaria a uma maior instabilidade financeira decorrente de financiamentos mais especulativos nesta onda de maior competição financeira internacional.

Weller (1999) porém, em seu estudo do caso polonês, tem defendido a idéia de que os bancos domésticos tendem a emprestar menos no começo da fase de transição se eles estão ante uma maior competição financeira internacional. Em virtude desta reduzida exposição ao crédito, os bancos das economias que abrem seus mercados para os investimentos dos bancos multinacionais poderiam se tornar mais estáveis.

O entendimento do real impacto da presença estrangeira na oferta de crédito e estabilidade financeira não é apenas de interesse acadêmico. Se os bancos multinacionais aumentam a competitividade e melhoram a quantidade e a efetividade da oferta de crédito, mais barreiras internacionais 'a entrada dos bancos multinacionais devem ser eliminadas. Se, porém, o resultado da competição internacional for uma queda na quantidade de crédito

disponível para investimento ou for um crescimento do financiamento especulativo, as políticas devem ser cautelosas quanto às orientações dos movimentos destes capitais.

Neste contexto, este ensaio tem por objetivo analisar o impacto da entrada dos bancos estrangeiros sobre a oferta de crédito dos bancos nacionais brasileiros no período após o real. Pretende-se, especificamente, verificar se o aumento da participação dos bancos com controle estrangeiro no sistema financeiro nacional influenciou a composição do *portfólio* dos bancos privados domésticos, se restringiu o montante do volume de crédito ofertado pelos bancos privados nacionais em relação ao PIB e finalmente se aumentou o *spread*, a taxa de rendimento das operações de crédito, a margem de lucro líquida e a lucratividade dos bancos privados brasileiros.

Esta pesquisa está dividida em três capítulos, conforme descrição a seguir. No 1º capítulo, é feita uma revisão sobre os intermediários financeiros, liberação financeira e o impacto desta no crédito. O 2º capítulo trata da evolução do sistema financeiro brasileiro, da reestruturação de propriedade dos bancos e mostra a evolução das variáveis bancárias que são de interesse para este estudo. O 3º capítulo está dividido em quatro seções: na primeira, é feita a descrição da amostra, na segunda, é apresentada a fundamentação do modelo, as hipóteses e variáveis utilizadas e, concluindo o capítulo, faz-se uma descrição dos procedimentos adotados na estimação dos modelos e os resultados. Encerrando o ensaio, são delineadas as conclusões.

1 IMPORTÂNCIA DA LIBERALIZAÇÃO FINANCEIRA PARA O CRÉDITO

1.1 Intermediação Financeira

Dentre as várias funções desempenhadas pelos sistemas financeiros, a principal sempre foi a de realocar os recursos dos agentes econômicos com oferta de recursos (ditos poupadores) para aqueles com necessidades de financiamento (os tomadores). Nas últimas décadas, porém, uma série de inovações e avanços nas informações econômicas têm reconfigurado o negócio tradicional dos intermediários financeiros, passando agora a ter relevância o seu papel de gerenciador e facilitador na transferência de risco.

A mudança substancial ocorrida nos sistemas financeiros de vários países nos últimos 30 anos foi objeto de estudo em Allen e Santomero (1998). Como parte destas mudanças, muitos mercados financeiros tradicionais se expandiram, novos mercados passaram a existir, os custos de transação diminuíram e a informação tornou-se mais barata e disponível. Entretanto, a intermediação aumentou e conseqüentemente a importância dos intermediários financeiros, tanto nos mercados tradicionais quanto nos novos mercados, como é o caso dos diversos tipos de derivativos. Este crescimento do mercado financeiro tem coincidido com a mudança na participação dos indivíduos nestes mercados que, em vez de atuarem de forma direta, o fazem através de vários tipos de intermediários. É discutido também por que os clientes dos intermediários têm a necessidade de comercializar e gerenciar o risco, transformando o gerenciamento de risco na “atividade-chave” atual da intermediação. São apresentadas argumentações sobre quatro possíveis explicações para o gerenciamento de risco: o gerenciamento em interesse próprio, a não-linearidade das taxas, os custos de ruínas financeiras e a existência de imperfeições nos mercados de capitais (destas quatro, eles apontam os custos da quebra dos bancos como a mais plausível das explicações) e

argumentam, ainda, que a habilidade das instituições financeiras em realizar serviços que agregam valor em alguns destes mercados mais eficientemente e a informação são as competências-chave deste setor. Isto é o que determina onde irão comercializar e como os intermediários agregam valor, reduzindo os custos de participação para aqueles que desejam os benefícios destes mercados.

Bhattacharya e Thakor (1993) destacam os serviços fornecidos pelos intermediários financeiros, questionam sobre o racionamento de crédito que é feito pelos bancos a alguns clientes em vez da cobrança de preços mais altos, discutem os desenhos de contratos de depósitos e comparam os custos e benefícios para um intermediário em utilizar dívidas de curto prazo para financiar ativos de longa duração.

Com relação aos serviços tornados disponíveis pelos intermediários financeiros, é ressaltado que: i) eles reduzem os custos de transação com serviços que vão da corretagem à transformação qualitativa dos ativos; ii) com assimetria de informação, tanto os intermediários financeiros de depósito quanto aqueles não depositários saem ganhando com o crescimento nos seus tamanhos por causa dos custos de incentivo por agente, que são mais baixos, ou seja, os custos de corretagem e de transformação qualitativa dos ativos são sensivelmente diminuídos com a diversificação, entretanto, em algumas circunstâncias, os intermediários serão de tamanho finito; iii) dada a significativa assimetria de informação com respeito aos tomadores, os empréstimos bancários são especiais no sentido de que eles sinalizam qualidade de uma maneira que outras formas de crédito não o fazem; iv) os bancos aumentam o investimento agregado e também promovem sua qualidade.

Vários pontos são destacados sobre o racionamento de crédito: i) ele pode ocorrer se os bancos que maximizam lucros tiverem menos informações que os tomadores sobre atributos de resultados que sejam relevantes ou se estes fizerem algumas escolhas de ativos ou esforços que possam afetar o retorno dos bancos; ii) a história do crédito deve ser levada em conta, pois tem um papel importante na alocação de crédito; iii) os colaterais podem reduzir, mas não necessariamente, eliminar o racionamento de crédito; iv) ele pode ser reduzido através da minoração dos problemas de incentivo (via compromissos de

empréstimos) e informacionais (via variáveis de contração de crédito); v) custos de intermediação que levam ao racionamento ampliam os ciclos de negócios, considerando que um tomador com valor líquido maior reduz os custos de intermediação de financiamento externo e, como os negócios elevam o valor líquido, eles diminuem os custos de intermediação, que, por sua vez, aumentam o investimento, revigorando portanto a elevação.

Com relação ao desenho dos contratos de depósito, Bhattacharya e Thakor apresentam os seguintes resultados: 1) o financiamento de empréstimos ilíquidos com depósitos líquidos é um serviço fornecido pelos bancos em um ambiente onde choques aleatórios perturbam as preferências do investidor para o ritmo de consumo / retirada, funcionando, portanto, como um tipo de seguro contra estes choques; 2) os contratos de depósito que prometem um resultado fixo independente de choques de informação provisórios, que poderiam afetar as crenças dos investidores sobre o valor de seu contrato, oferecem benefícios exclusivamente econômicos; 3) o contrato de depósito causa o pânico bancário, mesmo sem informação adversa sobre os ativos dos bancos; 4) o seguro de depósitos pode ser parte de uma intervenção governamental ótima em um sistema bancário vulnerável a pânicos bancários; 5) o mercado de fundos federais pode ser motivado pela ameaça de pânico bancário, mas “problemas do carona” podem impedir este mercado.

Tendo em vista a crescente importância e internacionalização do comércio dos bens e serviços financeiros, os países desenvolvidos e em desenvolvimento, principalmente, tiveram que se adequar a este novo cenário mundial de globalização e entrar num processo de liberalização dos seus sistemas financeiros, permitindo a entrada de instituições bancárias dispostas a se expandir internacionalmente para facilitar a comercialização dos seus produtos. Com isso, verifica-se uma redução na intervenção do Estado na economia.

Feitas as considerações sobre os serviços oferecidos pelos intermediários financeiros, são apresentados, nas seções a seguir, uma breve discussão sobre as ferramentas que dão suporte à estrutura de liberalização financeira e os impactos na oferta de crédito observados em alguns países.

1.2 Liberalização Financeira – Discussão

Muitos países têm se movido na direção da liberalização de seus sistemas financeiros, cujos efeitos levam a debates, expondo tanto os pontos positivos, que sugerem uma ligação entre o desenvolvimento financeiro e o aumento da taxa de crescimento de longo prazo da economia, quanto os negativos, como a elevação da fragilidade financeira.

Na discussão de McKinnon e Shaw (1973)¹, para resolver o problema do aparente excesso de demanda por crédito nas economias menos industrializadas, foram propostas algumas medidas para desregular os mercados financeiros, dentre elas, a eliminação das restrições de entrada no mercado. Com base na estrutura de liberalização financeira, é recomendado que se tenha um grande número de entrantes estrangeiros, pois desta forma será maior a eficiência dos bancos domésticos, supondo que a entrada de bancos multinacionais introduzirá disciplina no mercado e importará *know how* bancário estrangeiro e capital bancário. Estes progressos devem resultar em mais e melhores produtos e serviços financeiros, baixando portanto os custos do capital, aumentando a disponibilidade de crédito, conduzindo a mais investimentos.

Muitos países então flexibilizaram ou elevaram os tetos das taxas de juros bancários, baixaram os requerimentos de reservas compulsórias e barreiras de entrada, reduziram a interferência do governo nas decisões de alocação de crédito e privatizaram muitos bancos. Estas ações, além de serem um estímulo à entrada de intermediários financeiros estrangeiros, refletem também uma tendência maior de reduzir a interferência direta do Estado na economia.

Haggard e Maxfield (1993) definem a liberalização financeira como sendo o processo de redução do controle governamental sobre a alocação de crédito, incluindo portanto o aumento ou a liberdade nas taxas de juros, remoção de subsídios e simplificação ou eliminação de alvos setoriais de crédito e tetos em favor de instrumentos mais amplos de

¹ Ver Fry, Maxwell, 1995, Money, Interest, and Banking in Economic Development, 2nd Edition, Baltimore MD : Johns Hopkins University Press, pg 20.

gerenciamento monetário. É ressaltado que estas reformas são normalmente acompanhadas da redução das barreiras de entrada no setor financeiro e da privatização nas economias onde os bancos públicos têm sido dominantes. Eles defendem ainda a hipótese de que uma maior disponibilidade de recursos dá a oportunidade ao governo de expandir os esquemas de crédito preferencial, enquanto um menor acesso às poupanças (estrangeiras ou locais) aumenta os custos de oportunidade de tais programas, empurrando os governos na direção da liberalização. Como recomendação, eles sugerem que, onde as distorções são grandes e as instituições que formulam as estratégias industriais são fracas e politicamente dominadas, a liberalização do mercado financeiro parece ser uma estratégia apropriada, com promessas de largos ganhos de eficiência, embora o Estado deva, no mínimo, estar apto a formular e fixar uma estrutura de regulação adequada.

Em seu trabalho *Liberalização Financeira e Fragilidade Financeira*, Demirgüç-Kunt e Enrica Detragiache (1998) reforçam a idéia de que a liberalização financeira deva ser introduzida cautelosamente onde as instituições destinadas a garantir a lei, o cumprimento dos contratos e uma regulação e supervisão efetiva ainda não estão totalmente desenvolvidas, mesmo que a estabilização macroeconômica tenha sido atingida. É ressaltado também que, se uma prudente regulação e supervisão não forem efetivas no controle do comportamento dos bancos, a liberalização pode aumentar a fragilidade financeira acima do que seja socialmente desejável.

1.3 Impactos da Liberalização Financeira no Crédito

As reformas financeiras ocorridas em países em desenvolvimento como o Chile e o México mostram diferentes resultados e conduzem a um questionamento sobre em que condições os governos devem abdicar do seu controle sobre a alocação de crédito em favor de um sistema baseado nas leis de mercado. A busca pela estabilidade macroeconômica estava, muitas vezes, entre um dos fatores condicionantes da política de

crédito, como acentua Tun-Jen Cheng² em seu estudo de Taiwan. No período de 1940 a 1960, os bancos centrais de muitos países em desenvolvimento viam as políticas de crédito seletivo como uma forma de desestímulo aos créditos comerciais inflacionários improdutivos e encorajando créditos de produção supostamente não inflacionários para a agricultura e certas indústrias essenciais (J. Ahrensdoerf, 1980). O controle dos créditos seletivos foi tido também como uma forma de prevenir a expansão inflacionária do crédito aos bancos em tempos de crescente *deficit* nos gastos governamentais (I.G.Patel, 1980).

Como relata Hastings (1993), de 1930 a 1973, o Chile teve sua política de alocação de crédito sempre sobre intervenção do governo. Com o golpe militar, em setembro de 1973, o regime recém-instalado empreendeu uma reforma radical dos mercados financeiros do país, permitindo que os bancos fixassem suas taxas de depósitos e empréstimos, ofertando o crédito de acordo com o mercado, sem imposições do governo. Esta época foi chamada pelos observadores de um verdadeiro “milagre econômico”, referindo-se à *performance* chilena. Em 1982, a economia entrou num severo declínio, culminando no colapso do sistema bancário em 1983, com o Banco Central tendo que intervir em oito instituições financeiras, dando ao governo o controle de 70% do setor bancário doméstico e voltando a intervir firmemente na alocação de crédito. Este colapso revelou que a combinação da liberalização financeira e uma supervisão inadequada pode ter um custo muito alto. Por volta de 1985, o Chile começou a se recuperar, retomando o crescimento com inflação baixa e com uma estrutura de exportação mais diversificada. Atualmente, sob um governo eleito democraticamente, as operações do setor financeiro chileno são guiadas pelo Banco Central e pelas agências regulatórias, com novos participantes internacionais e com uma relação mais próxima entre os banqueiros e o Estado.

No caso do México, como anota Maxfield (1993), “mudanças em larga escala na regulação financeira e política monetária ocorreram juntas. O período entre 1934 e 1940 teve uma intervenção crescente do estado nos mercados financeiros e uma política monetária

² Cheng *apud* Haggard, S., Lee, Chung H. and Maxfield, Sylvia, 1993, *The Politics of Finance in Developing Countries*, Cornell University Press, p. 230.

branda. A consolidação da política de crédito seletivo aconteceu entre 1942 e 1954, sendo este último ano considerado como o início da era política de estabilização do desenvolvimento. Neste período, os controles do crédito seletivo foram utilizados pelo banco central extensivamente, a política monetária foi relativamente forte, mas outras formas de intervenção do estado nos mercados financeiros foram mínimas. A partir de 1970, a intervenção do estado nos mercados financeiros cresceu através da criação de sistemas de fundos consorciados com propósitos governamentais especiais (*fideicomissos*) e a aquisição de pelo menos um banco privado. Neste período a política monetária se tornou extremamente expansiva, ocorreram duas desvalorizações e culminou com a nacionalização dos bancos mexicanos em 1982. Desde então, uma maior severidade tem acompanhado a liberalização financeira”. Esta mudança política fez com que o México retornasse a uma relativa austeridade monetária, deixando também de intervir e ser proprietário nos mercados financeiros. Tais mudanças refletiam a necessidade de restabelecer a credibilidade com os credores nacionais e internacionais bem como de renovar o respeito pelo poder e autonomia do Banco Central dentro do governo. Sob a proteção governamental, os bancos privados recuperaram a força financeira, condição fundamental para sua reprivatização. O período de extensiva liberalização (antes de 1989) foi marcado pelas livres taxas de juros, aumento dos controles de crédito e requerimentos de reservas dos bancos privados, redução do tamanho dos bancos públicos de desenvolvimento e a total reprivatização dos bancos comerciais. A nova saúde financeira destes forneceu a base para suas vendas nos anos 90.

Os impactos da entrada de bancos estrangeiros no sistema financeiro nacional têm sido objeto de estudo, como no trabalho de Weller (1999), em que ele testa a hipótese de que a entrada de mais bancos multinacionais pode levar a um declínio na oferta de crédito dos bancos poloneses durante os primeiros estágios do processo de transição. Este resultado contraria a estrutura-padrão de liberalização financeira que prevê níveis crescentes de crédito após a desregulação e entrada dos bancos multinacionais, mas que ignora o valor crucial da informação para firmas financeiras. O efeito de uma maior

participação dos bancos estrangeiros sobre a oferta de crédito depende do valor líquido de cada banco e a habilidade dos bancos para incrementar este valor pode ser limitada pela competição internacional, podendo ainda os bancos restringirem seus empréstimos, caso seu valor líquido esteja acima de um patamar considerado seguro. Os bancos domésticos, ao enfrentarem maior competição e menor acesso ao crédito, podem reduzir seus empréstimos, caso seu valor líquido permaneça acima do patamar seguro, podendo aumentar as chances de falência do banco.

Como geralmente os bancos estrangeiros têm uma vantagem competitiva com relação aos bancos domésticos, em decorrência de sua reputação e orientação internacional, fornecem crédito para corporações multinacionais ou grandes empresas domésticas que são menos arriscadas que produtores rurais ou pequenos e médios empreendimentos. Isto deixa os bancos domésticos expostos aos segmentos de mercado mais arriscados, restando poucas opções para que eles reduzam seu risco no lugar de reduzir os empréstimos.

Os bancos poloneses que prestam serviços financeiros internacionais aos clientes tradicionais dos bancos multinacionais ou que atuam na mesma área geográfica destes são possivelmente mais afetados pela competição financeira internacional que os outros. Os resultados das regressões, utilizando uma amostra de 20 bancos poloneses, mostram que a reorientação das atividades dos bancos domésticos, para longe do crédito empresarial em função da maior competitividade financeira internacional e dos baixos níveis de capital, resulta numa diminuição dos empréstimos dos bancos nacionais e conseqüentemente num declínio total do crédito, caso os bancos multinacionais não compensem este decréscimo.

Posteriormente, Weller (2001) investiga quais são os determinantes da oferta de crédito dos bancos multinacionais nas economias emergentes e discute seus efeitos sobre a oferta de crédito e a estabilidade financeira doméstica. Ele encontrou que entre os principais determinantes estão a *performance* passada desta economia, a taxa de câmbio praticada e os fluxos de investimentos diretos estrangeiros (através da presença de corporações multinacionais), além dos depósitos dos bancos multinacionais. Com relação ao impacto desta presença, os resultados apontam que os bancos domésticos diminuem sua exposição

total ao crédito, reduzindo seus empréstimos comerciais em resposta ao aumento da competitividade internacional. À medida que as economias emergentes dependem do capital internacional para seu desenvolvimento, os bancos multinacionais aparecem como a alternativa importante para o *portfolio* de investimentos. Por outro lado, a habilidade destes bancos na movimentação de fundos dentro e fora do país através de empréstimos de curto prazo entre empresas filiadas, pode ser uma fonte de instabilidade. Weller (2001) sugere ainda que ações regulatórias apropriadas devem ser determinadas de forma a mitigar os efeitos adversos da entrada dos bancos multinacionais.

Examinando a extensão e o efeito da presença estrangeira, medida como a mudança do número de bancos estrangeiros pelo número total de bancos, nos mercados bancários domésticos de 80 países no período de 1988 a 1995, Claessens, Demirgüç-Kunt e Huizinga (2001) encontraram que os bancos estrangeiros tendem a ser mais lucrativos do que os bancos domésticos nos países em desenvolvimento, ocorrendo o contrário nos países desenvolvidos. Tendo como foco medidas contábeis de renda e lucratividade em vez de taxas de retorno sobre ações, as evidências empíricas mostraram que uma maior participação estrangeira na propriedade dos bancos está associada a uma redução nos lucros e margens dos bancos domésticos. Além disso, os resultados apontam também que, no longo prazo, a entrada dos bancos estrangeiros pode melhorar o funcionamento dos mercados bancários nacionais, com implicações positivas para a clientela bancária. Eles advertem, contudo, para o fato de que os bancos domésticos podem se tornar mais vulneráveis caso se incorra no risco de relaxar as restrições de entrada dos bancos estrangeiros, em razão do aumento da competição e conseqüentemente a diminuição nos lucros dos bancos domésticos.

Rötheli (2001) em seu artigo sobre a interdependência da oferta de crédito dos três maiores bancos suíços no período de 1987 a 1996, chama a atenção para a reação destes com relação a mudanças nos empréstimos dos seus competidores. O comportamento "em bando" aí detectado mostra que dois dos três bancos, num ambiente de competição, ora lideram ora seguem as mudanças na oferta de crédito do outro competidor e o terceiro age simplesmente como seguidor. Os resultados sugerem que o comportamento competitivo

dos bancos grandes nas suas decisões de empréstimos pode intensificar os movimentos cíclicos na oferta agregada de crédito, contribuindo para um *boom* ou um fracasso de investimentos.

É notória, então, a importância da liberalização financeira para maior integração dos mercados financeiros, em que os intermediários têm um papel fundamental na alocação dos recursos e no gerenciamento do risco. Com a internacionalização das instituições financeiras, houve um aumento da competitividade entre os bancos e, de uma forma geral, os bancos domésticos de economias em desenvolvimento tiveram de se adequar a esta nova situação e melhorar sua eficiência para não perder sua fatia de mercado. Os efeitos da entrada dos bancos estrangeiros devem ser cuidadosamente examinados para avaliar se está atendendo às reais necessidades do mercado doméstico, contribuindo para a solidez do sistema financeiro nacional, ou se está havendo simplesmente o fortalecimento destas instituições financeiras multinacionais. Seja qual for o caso, os governos das economias emergentes devem compatibilizar sua legislação de forma a garantir uma regulação e supervisão prudente deste capital estrangeiro de forma a atingir suas metas de desenvolvimento econômico.

A crescente relevância das entidades bancárias na oferta de crédito para os diversos setores da economia nacional, bem como na maturidade do sistema financeiro brasileiro, levou à motivação principal desta pesquisa, que visa a investigar a importância da entrada dos bancos estrangeiros nesse processo. Especula-se que os bancos estrangeiros tiveram impacto tanto na oferta de crédito como no desempenho dos bancos privados domésticos no Brasil.

2 INTERNACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

2.1 Evolução do Sistema Financeiro Brasileiro

A composição atual do sistema bancário brasileiro é um reflexo da mudança ocorrida na legislação, do ajuste às condições macroeconômicas depois do Plano Real e da adaptação à tendência mundial de globalização dos sistemas financeiros. As alterações ocorridas no sistema bancário brasileiro envolvem vários aspectos, entre eles os métodos de captação de recursos e de aplicação destes, os serviços disponíveis e o tipo de clientela a ser atendida. O breve histórico do sistema financeiro brasileiro relatado a seguir servirá de base para melhor entendimento de como se deu a reestruturação dos bancos nacionais em função da entrada e de uma maior participação dos bancos estrangeiros no mercado bancário nacional.

O Sistema Financeiro Nacional solidificou-se com a criação da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), em 1945, pelo Decreto – Lei no. 7.293, que tinha como objetivo imediato exercer o controle do mercado monetário, em virtude da falta de capacidade empresarial de administrar as mais de 500 matrizes de bancos que funcionavam na época. Houve então um grande número de bancos que encerraram suas atividades e outros que passaram por processos de fusão ou incorporação, saneando e estabilizando o sistema financeiro brasileiro.

A reforma bancária de 1964, que estabeleceu o modelo de instituições especializadas (modelo americano) e a do mercado de capitais em 1965, que regulamentou as atividades das bolsas de valores, reconfiguraram todo o sistema financeiro brasileiro. A partir destas reformas institucionais, os bancos passariam a atuar no segmento de capital de giro e outras operações de crédito de curto prazo, foram criados os bancos de investimento em

1965, as associações de poupança e empréstimo em 1969 e continuaram a funcionar as empresas de crédito, financiamento e investimento que existiam desde 1959.

Como resultado também destas reformas, foram criados o Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil e houve a regulamentação de várias instituições de intermediação.

Em fevereiro de 1976, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) passou a fazer parte do quadro institucional do sistema, transferindo do Banco Central a responsabilidade pela regulamentação e fiscalização das atividades relacionadas ao mercado de valores mobiliários (ações, debêntures etc.) (Fortuna, 1998).

O Plano Contábil das Instituições Financeiras (COSIF) foi introduzido em junho de 1988 pelo Banco Central, visando à unificação das instituições financeiras em um mesmo plano contábil. Logo em seguida, a Resolução 1.524 da CMN, de setembro de 1988, criou os bancos múltiplos, facultando-os a atuar em pelo menos duas e no máximo em quatro das funções das instituições financeiras: bancos comerciais, de investimento, de desenvolvimento, financeiras e instituições de poupança e empréstimo (Puga, 1999).

A Resolução 1.649 da CMN aprovou, em outubro de 1989, o regulamento para a constituição dos bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e sociedades distribuidoras de títulos e valores imobiliários, enquanto não promulgada a lei complementar prevista no artigo 192 da Constituição Federal.

O relatório do Banco Central que descreve a Evolução do Sistema Financeiro Nacional ressalta que o quadro inflacionário presente na economia brasileira desde a década de 1960 foi muito favorável ao sistema bancário, pois as taxas de inflação contribuíam para alavancar a participação do setor financeiro na renda nacional. As instituições financeiras aproveitaram as oportunidades regulatórias e implementaram inovações, permitindo-lhes a sobrevivência em um ambiente que teoricamente seria hostil

à atividade econômica e ao sistema financeiro, bem como a acumulação de capital, seu desenvolvimento tecnológico e crescimento, com a absorção de grande parte do imposto inflacionário gerado.

Nesta fase de alta inflação, como ressalta Ness Jr. (2000), os bancos públicos estavam mais envolvidos nos empréstimos que os bancos privados, com os empréstimos e operações de *leasing* representando 57% dos seus ativos contra apenas 41% dos bancos privados. O financiamento dos governos estaduais e municipais também era maior do que o dos bancos privados; 1,5% dos ativos dos bancos públicos estavam investidos em títulos estaduais e municipais, enquanto os privados tinham somente 0,4% e 30,3% dos ativos dos bancos oficiais investidos em empréstimos para os governos estaduais, comparados a 1,6% dos bancos privados. Os bancos privados estavam mais voltados para operações com a moeda estrangeira e investimentos em outros títulos, principalmente os do governo federal. Em resumo, os bancos públicos enfrentavam sérios problemas como: uma ou mais crises que haviam passado nas duas décadas anteriores, um portfólio de empréstimos que consistia de uma quantidade significativa de empréstimos não executáveis, uma dependência muito grande do setor público para capitalização, investiram pesadamente em empréstimos para os governos estaduais, municipais e numa menor extensão, na compra desses títulos, e tinham um custo operacional e administrativo muito alto. Eles conseguiram sobreviver a esta situação pelo fato de terem grande volume de financiamento do setor público a custo baixo, ganhos inflacionários ampliados (pois não tinham que manter depósitos de reservas compulsórias sobre os depósitos do setor público), esforços periódicos do Banco Central para sua reestruturação, capitalização relativamente forte e a demora no reconhecimento e cancelamento de parte dos seus portfólios de empréstimos e investimentos irredimíveis.

Como enfatiza Puga (1999), “a partir da implantação do Real no início de julho de 1994, as reformas financeiras empreendidas tinham a finalidade de fortalecer e reestruturar o sistema financeiro nacional. Estas reformas se tornaram essenciais com a estabilização da economia, em especial a perda de importante fonte de receita proveniente das

transferências inflacionárias, o *floating*. Até então não havia um arcabouço institucional que prevenisse o sistema contra os riscos de uma crise financeira”.

Com a estabilização da economia depois de meados de 1994, a rentabilidade dos bancos se tornou dependente das operações de crédito e das rendas das taxas cobradas pelos serviços (Baer e Nazmi, 2000).

O desaparecimento dos ganhos decorrentes do processo inflacionário forçou um ajuste nas instituições financeiras para que elas pudessem se adaptar e sobreviver no novo ambiente de economia estável; foram modificadas tecnologias e processos de fornecimento de serviços, corte nos custos e novos produtos foram lançados no mercado. Esta adaptação, porém, não ocorreu de forma linear em todas as instituições públicas e privadas, tendo estas últimas se mostrado mais flexíveis às mudanças e, de uma forma geral, obtido maior êxito. Pode-se perceber que, ao tempo que se buscou o fortalecimento do sistema financeiro, reduziu-se o risco sistêmico ao qual a economia estava exposta.

O período imediato pós-estabilização foi marcado por uma expansão econômica estimulada por um aumento no consumo sem precedentes. O consumo e a demanda por crédito foram também impulsionados pelo retorno do crédito em prestações, que não era possível no período de inflação. A demanda elevada por crédito ajudou os bancos no curto prazo, criando porém dificuldades para o sistema bancário no longo prazo. No novo ambiente de baixa inflação e alta demanda por crédito, os bancos expandiram o crédito e aumentaram sua exposição ao risco por duas razões. Primeiro porque, no ambiente de ganhos fáceis em virtude da inflação, era desnecessário que os bancos baseassem suas decisões de crédito em análises consistentes de risco e, portanto, a maioria dos bancos teve dificuldades em operar prudentemente em face dos novos requerimentos do mercado de análise e gerenciamento de risco. Segundo, as considerações de perigo moral pesaram fortemente sobre as práticas de empréstimo, tais como seguros governamentais explícitos (para os bancos públicos) e implícitos (para os bancos privados) e uma supervisão negligente induziram os bancos a alavancar o risco e serem levados pelo aumento do consumo (Baer e Nazmi, 2000).

O processo de globalização e o Plano Real provocaram, em conjunto com o apoio do PROER³, do FGC⁴, do PROES⁵ e da adesão do Brasil ao Acordo de Basiléia, um processo de saneamento, privatização e fusão de instituições bancárias que, sem dúvida, revolucionaram os métodos e práticas bancárias até então existentes (Fortuna, 1998).

O PROER foi uma importante ferramenta introduzida pelo governo para que muitas fusões e aquisições ocorressem, pois oferecia aos bancos adquirentes um alinhamento de crédito com taxas de juros abaixo do mercado para que eles adquirissem o novo banco, além de permitir também que as perdas financeiras do banco adquirido fossem absorvidas nos balanços dos bancos adquirentes através de taxas de cancelamentos. O Unibanco, por exemplo, fez uso destas facilidades para adquirir o Banco Nacional, o Banco Excel para adquirir parte do Banco Econômico (a outra parte foi liquidada) e este programa foi ainda aplicado para outros bancos como o Bamerindus, Banco Mercantil de Recife, Banorte, Banco United e Banco Martinelli (Baer e Nazmi, 2000).

Com relação ao PROES, havia a previsão de que, das 35 instituições financeiras estaduais existentes na data de estabelecimento do programa, restassem apenas 9. Havia opções para que os bancos fossem saneados, como era o caso do Pará, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo (Nossa Caixa – Nosso Banco), para que deixassem de ser bancos estaduais e fossem privatizados, como o Ceará, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais (Credireal e Bemge), Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo (Banespa), a opção de extinção (liquidação extra-judicial), para o Rio Grande do Norte, Minas Gerais (Minas Caixa), Alagoas, Amapá e Mato Grosso e ainda a possibilidade

³ **Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional** – instituído em novembro de 1995 pela Resolução 2.208 do Banco Central, criando uma linha especial de assistência financeira destinada a financiar reorganizações administrativas, operacionais e societárias de instituições financeiras que resultem na transferência de controle ou na modificação de objeto social para finalidades não-privativas de instituições financeiras (Puga, 1999)

⁴ **Fundo Garantidor de Créditos** - regulamentado em novembro de 1995 pela Resolução 2.211 do Banco Central, tem por objeto prestar garantia de créditos contra instituições dele participantes nos casos de: i) decretação da intervenção, liquidação extra-judicial ou falência da instituição; ii) reconhecimento, pelo Banco Central, do estado de insolvência da instituição (Fortuna, 1998).

⁵ **Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária** – criado em agosto de 1996 pela Medida Provisória 1.556, tem a finalidade de incentivar os Estados da Federação a reestruturar, privatizar, liquidar ou transformar os seus bancos estaduais em agências de fomento (Fortuna, 1998).

de transformação em agência de fomento para os bancos do Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina (Badesc), Bahia (Desenbanco), Minas Gerais (BDMG), Pernambuco, Roraima, Amapá, Rondônia, Acre e Alagoas.

Fizeram uso deste programa o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), que foi privatizado e em julho de 1997 foi comprado pelo Itaú, o Banco do Estado de São Paulo (BANESPA), comprado em novembro de 2000 pelo Santander Central Hispano, o Banco do Estado de Minas Gerais, que foi privatizado em 1998 e posteriormente vendido ao Banco Itaú e muitas outras privatizações como as dos bancos de Pernambuco, Mato Grosso e Santa Catarina.

2.2 Reestruturação de Propriedade dos Bancos

A reestruturação do sistema bancário brasileiro serviu também para estimular o aumento da presença estrangeira, seja através da instalação ou da aquisição de instituições financeiras.

Como salientam Baer e Nazmi (2000), a permissão para que os bancos estrangeiros participassem da reestruturação bancária brasileira foi efetivada depois de agosto de 1995. Os grupos financeiros estrangeiros entraram no sistema financeiro brasileiro através de associações com bancos domésticos ou com grupos financeiros brasileiros, fazendo aquisição de um banco. Os bancos estrangeiros que já operavam no Brasil não tinham permissão para abrir filiais.

Segundo o relatório do Banco Central, “dentre as instituições adquiridas por grupos estrangeiros, no período de 1988 a 2.000, apenas 35% dos ativos pertenciam a instituições públicas privatizadas, donde se conclui que a maior parte das transferências de controle para o capital estrangeiro teve sua origem entre os capitais privados nacionais que perderam uma fatia de sua participação no sistema.”

O número de bancos com controle estrangeiro no Brasil passou de 36 em junho de 1995 para 69 em dezembro de 2000, como mostra o **Quadro 1** a seguir. Em termos percentuais,

tem-se uma mudança de uma participação de 14,75% para 35,94%, respectivamente. Os bancos públicos federais (BPF) estão separados dos bancos estaduais (BE) para ressaltar a diminuição significativa no número destes últimos a partir de junho de 1.997.

Quadro 1 – Resumo do Número de Bancos por tipo de Controle no Período de dezembro de 1992 a dezembro de 2.000

Tipo	NÚMERO DE BANCOS																	
	92		93		94		95		96		97		98		99		00	
	dez	jun	dez	jun	dez	jun	dez	jun	dez	jun	dez	jun	dez	jun	dez	jun	dez	
BPF	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	4	5	5	5	7	9	10	
BE	23	24	24	26	26	26	26	26	26	26	22	20	17	16	12	10	7	
BPN	140	141	145	148	146	145	142	139	131	127	119	110	105	100	96	94	93	
BPE	32	32	32	31	31	32	32	28	28	24	26	21	17	16	12	12	13	
BCE	35	36	36	36	37	36	36	37	40	43	44	50	58	64	67	68	69	
Total	235	238	242	246	245	244	241	235	230	225	215	206	202	201	194	193	192	

Fonte: BACEN

Este quadro evidencia a redução da participação do setor público no sistema financeiro, com a privatização de bancos estaduais, a assunção do controle federal a fim de prepará-los para a privatização ou mesmo o encerramento das atividades de alguns deles. No que diz respeito aos bancos privados nacionais, vários grupos que atuavam há um longo tempo se retiraram do sistema, encerrando suas atividades ou transferindo o controle societário para instituições financeiras estrangeiras. Outros cresceram ou mantiveram suas posições ou ainda se juntaram a grupos antigos nacionais, num movimento de renovação. Podemos perceber que, a partir de junho de 1996, a entrada dos bancos com controle estrangeiro se fez marcar de forma considerável no sistema bancário nacional, em função tanto do ingresso de novas instituições no País quanto da própria ampliação dos bancos estrangeiros que já se encontravam no Brasil.

O **Quadro 2** a seguir, relaciona os bancos estrangeiros autorizados a entrar no sistema financeiro brasileiro no período de 1992 a 2000, com a respectiva data de início das atividades, e o **Quadro 3** mostra uma síntese dos principais eventos que ocorreram no período de dezembro de 1.992 a dezembro de 2.000, tais como: aquisições, transferências de controle acionário ou incorporações.

Quadro 2 – Bancos Estrangeiros Autorizados a Entrar no Sistema Financeiro Brasileiro no Período de 1992 a 2000

NOME DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	TIPO	INÍCIO DAS ATIVIDADES	OBSERVAÇÕES
ANO 1992			
BANCO LLOYDS TSB S.A.	BMPNCE	30.01.1992	Conglomerado: Lloyds Originário do Banco Autolatina S.A criado em 06.10.1992, como um BMPNCE. Em 02.09.1997 foi transformado em Banco Volkswagen, também um BMPNCE. Conglomerado: Inter Amex
BANCO VOLKSWAGEN S.A.	BMPNCE	06.10.1992	
BANCO AMERICAN EXPRESS S.A.	BMPNCE	07.12.1992	
ANO 1993			
BANCO CITIBANK S.A.	BMPNCE	18.03.1993	Conglomerado: Citibank Não pertence a conglomerado. Situação atual: cancelada em 22.06.1995 Originário do Banco Capitaltec S.A criado em 04.01.1990. Conglomerado:Brascan
BANCO COMERCIAL PARAGUAYO S.A.	BEFP	16.11.1993	
BANCO BRASCAN S.A.	BMPNCE	30.12.1993	
ANO 1995			
BANCO BARCLAYS E GALICIA S.A.	BMPNCE	15.05.1995	Conglomerado: Barclays-Galicia
ANO 1996			
BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S.A.	BCPNCE	18.01.1996	Não pertence a conglomerado. A princípio, não pertencia a conglomerado. Nome atual: HSBC República Bank Brasil S.A. Hoje pertence ao conglomerado HSBC e encontra-se em situação cancelada (em 28.12.2001). Conglomerado: Ford Originário do Banco Grande Rio S.A. (BMPN) que sofreu liquidação extrajudicial. Conglomerado: Dresdner Não pertence a conglomerado.
BANCO REPUBLIC NAT BANK NY S.A.	BMPNCE	01.08.1996	
BANCO FORD S.A.	BMPNCE	27.05.1996	
DRESDNER BANK BRASIL S.A. BM	BMPNCE	11.11.1996	
BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.	BMPNCE	18.12.1996	
BANCO HSBC BAMERINDUS S.A.	BMPNCE	26.03.1997	
BANCO COMERCIAL URUGUAI S.A.	BMPNCE	16.05.1997	Originário do Banco Bamerindus do Brasil S.A. (BMPN). Conglomerado: HSBC. Nome atual: HSBC Bank Brasil S.A Não pertence a conglomerado. Originário da Merrill Lynch S.A Soc. Distrib. Tit. Val. Mob. Conglomerado: Merrill Lynch. Não pertence a conglomerado.
BANCO MERRILL LYNCH S.A.	BMPNCE	04.07.1997	
BANCO KEB DO BRASIL S.A.	BMPNCE	09.12.1997	
ANO 1998			
BANCO DAIMLER BENZ	BMPNCE	24.08.1998	Nome atual: Banco DAIMLERCHRYSLER S.A. Conglomerado: DAIMLERCHRYSLER
ANO 1999			
BANCO VOLVO (BRASIL) S.A.	BMPNCE	29.01.1999	Originário do TRANSBANCO – Banco do Investimento S.A., criado em 19.06.1992. Em 29.01.1999 foi transformado em Banco Volvo S.A., um BMPNCE. Conglomerado: Volvo. Originário do Banco Francês Uruguay S.A., criado em 11.07.1996, como BEFP. Em 01.02.1999, foi cancelada a autorização desse último e simultaneamente autorizado o Banco Francês Internacional, como um BCPNCE. Não pertence a conglomerado. Não pertence a conglomerado. Atualmente é o Banco CNH Capital S.A. Conglomerado: Toyota
BANCO FRANCÊS INTERNACIONAL (BRASIL) S.A.	BCPNCE	01.02.1999	
BANCO NEW HOLLAND S.A.	BMPNCE	05.04.1999	
BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.	BMPNCE	28.06.1999	
ANO 2000			
BANCO PSA FINANCE BRASIL S.A.	BMPNCE	01.02.2000	Conglomerado: PSA Finance Não pertence a conglomerado. Conglomerado: Honda Originário da UNIBANCO Financeira S.A, criada em 28.05.1998. Passou a BMPPE em 16.10.2000. Conglomerado:UNIBANCO. Não pertence a conglomerado.
BANCO CARGILL S.A.	BMPNCE	10.02.2000	
BANCO HONDA S.A.	BMPNCE	15.02.2000	
BANCO I.NET S.A.	BMPPE	16.10.2000	
BANCO ABB S.A.	BMPNCE	06.11.2000	

Fonte: BACEN

Legenda: BMPNCE – Banco Múltiplo Privado Nacional Controle Estrangeiro
BCPNCE – Banco Comercial Privado Nacional Controle Estrangeiro
BMPPE – Banco Múltiplo Privado Nacional Participação Estrangeira
BEFP – Banco Estrangeiro Filial no País.
BMPN – Banco Múltiplo Privado Nacional.

Quadro 3 – Aquisições, Transferências de Controle Acionário ou Incorporação dos Bancos no Período de Dez/92 a Dez/00.

BANCO	DATA	EVENTO
BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	21.03.96	Sofreu liquidação
BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S.A	15.04.96	Houve transferência de controle societário para o Banco Itaú S.A
BANCO BANORTE S.A	17.06.96 30.12.96	Houve a cisão parcial do PL ⁶ com versão de parcela cindida para o Banco Itaú Vendeu seus ativos para o Banco Bandeirantes S.A Sofreu liquidação
BANCO ECONÔMICO S.A	09.08.96 30.04.96	Sofreu liquidação Vendeu seus ativos para o Banco Excel S.A
BANCO NACIONAL S.A	13.11.96 18.11.96	Sofreu liquidação Vendeu seus ativos para o UNIBANCO (União dos Bancos Brasileiros)
BANCO BAMERINDUS S.A	27.03.97 02.04.97	Sofreu liquidação Vendeu seus ativos para o grupo HSBC
BANCO BANERJ S.A	15.07.97	Houve transferência de controle societário para o Banco Itaú S.A
BANESPA	29.12.97	Houve transferência de controle societário para o Governo Federal Houve transferência de controle societário para o Banco Santander Central
BANCO MULTIPLIC S.A	11.08.98	Saída do sócio estrangeiro
BANCO EXCEL ECONÔMICO S.A	09.10.98	Houve transferência de controle societário para o Banco Bilbao Vizcaya S.A
BANCO REAL S.A	19.11.99 30.03.00	Houve transferência de controle societário para o Banco ABN AMRO S.A Houve a incorporação do Banco Real S.A pelo ABN AMRO S.A

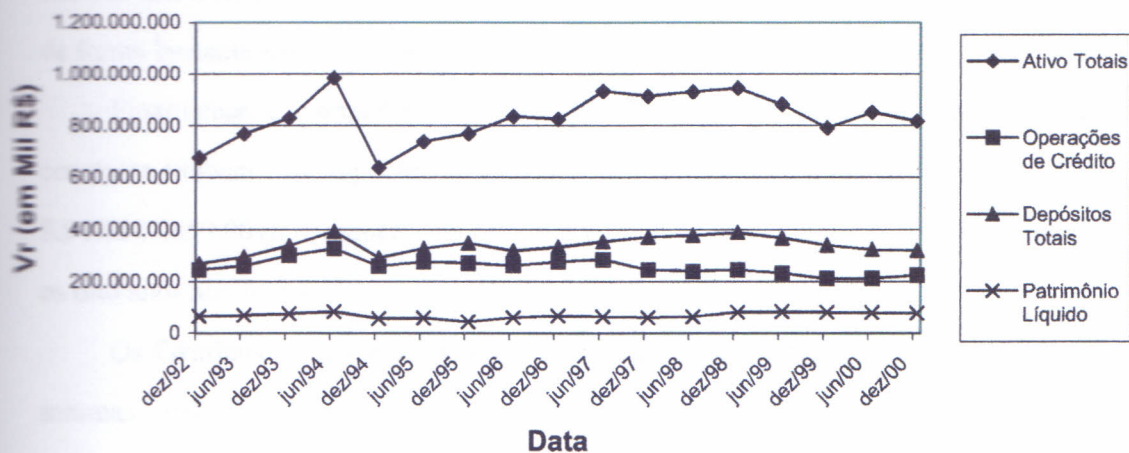
Fonte: O quadro foi elaborado pela autora a partir dos dados do BACEN

2.3 Evolução das Variáveis Bancárias

A entrada de novos bancos estrangeiros no mercado bancário brasileiro, as privatizações, as mudanças de controle acionário, as aquisições e fusões, ocasionaram, além da reestruturação quantitativa da composição do sistema financeiro brasileiro, uma redistribuição dos ativos, das operações de crédito, do patrimônio líquido e depósitos totais do sistema como um todo, de acordo com o tipo de controle dos bancos. As mudanças ocorridas nestas variáveis bancárias ao longo do período compreendido entre dez/92 e dez/2000 podem ser observadas nos gráficos a seguir, consideradas as informações de todas as instituições que foram consolidadas nos balanços e balancetes em cada semestre.

⁶ Patrimônio Líquido

Gráfico 1 – Variáveis Bancárias em R\$ (mil)



Fonte: O gráfico foi elaborado pela autora a partir dos dados do SISBACEN

Considerando os dados agregados, sem especificar o tipo de controle dos bancos, observa-se no **Gráfico 1** que ao longo do período considerado, houve um aumento nos ativos totais⁷ do sistema bancário nacional, partindo de um montante de R\$ 678.004.355,00 (mil) em dez/92 e chegando a R\$ 818.261.359,00 (mil) em dez/00. Convém observar a tendência ascendente que ocorria no período imediatamente anterior ao Plano Real, para logo depois do anúncio do plano apresentar uma queda e em seguida, aos poucos, retornar a um patamar relativamente constante em torno de R\$ 900.000.000,00 (mil).

As operações de crédito tiveram uma pequena redução no período de dezembro de 1992 a dezembro de 2000, R\$ 246.431.788,00 (mil) para R\$ 225.342.295,00 (mil), respectivamente, verificando-se um ligeiro acréscimo no período imediato ao lançamento do Plano Real, retornando ao patamar inicial em dez/97 e logo após seguindo a tendência de leve declínio. Tudo indica que a incapacidade de previsão das condições futuras de pagamento com a possibilidade de uma inflação maior inibia a economia de tomar e ofertar crédito. Por outro lado, a falta de um mercado de crédito era de segunda importância dados os lucros dos bancos com as aplicações em títulos públicos.

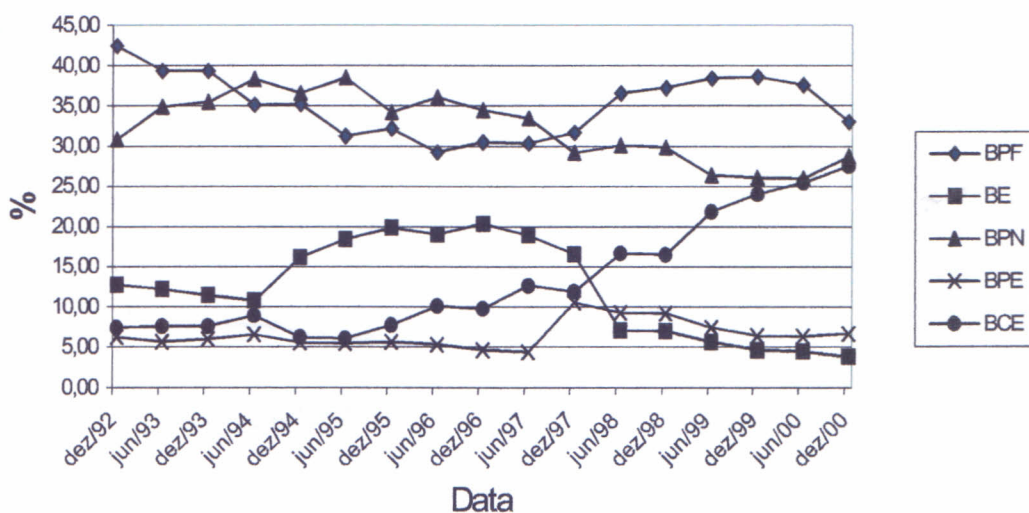
⁷ Todos os valores foram corrigidos pelo IGP-DI e atualizados até dez/2000.

Quanto aos depósitos totais, percebe-se uma pequena elevação de R\$ 270.133.825,00 (mil) no início do período considerado para R\$ 321.478.124 (mil) no final, acompanhando de forma bastante similar a tendência do comportamento dos ativos totais.

Finalmente, o comportamento da variável patrimônio líquido foi relativamente constante ao longo do tempo, tendo como valores inicial e final R\$ 67.235.809,00 (mil) e R\$ 79.387.659,00 (mil) respectivamente, representando um acréscimo de 18,07% durante os oito anos analisados.

Os **Gráficos 2, 3, 4 e 5** apresentados a seguir mostram o comportamento destas mesmas variáveis, agora separadas por tipo de controle.

Gráfico 2 – Ativos Totais por Tipo de Controle



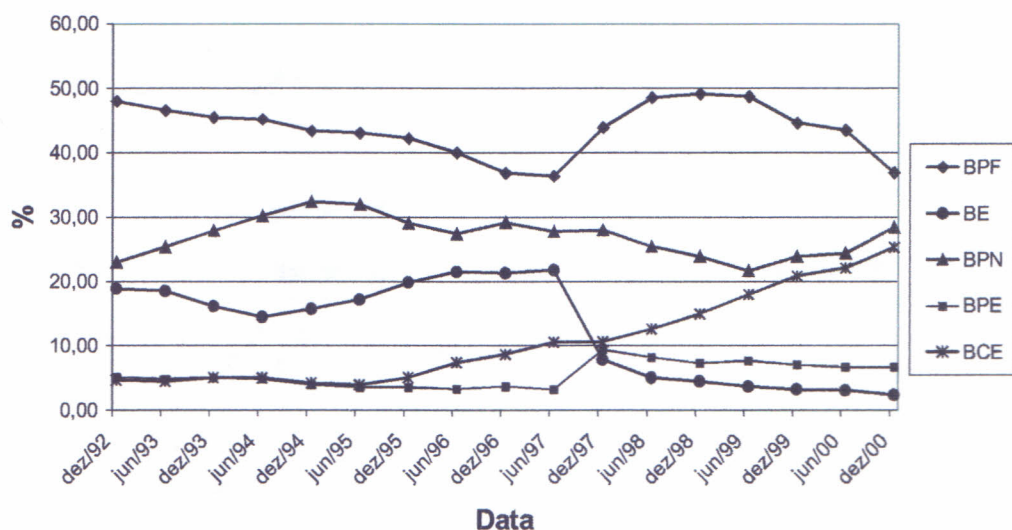
Fonte: O gráfico foi elaborado pela autora a partir dos dados do SISBACEN

Legenda: BPF – Banco Público Federal
 BE – Banco Estadual
 BPN – Banco Privado Nacional
 BPE – Banco com Participação Estrangeira
 BCE – Banco com Controle Estrangeiro

O **Gráfico 2** ressalta a concentração dos ativos totais que havia em dez/92, quando os BPF, os BE e os PN detinham mais de 86% de todos os ativos do sistema, enquanto os BCE e os BPE ficavam com menos de 14%. Este quadro começa a se alterar a partir do Plano Real e intensifica-se em jun/97, chegando em dez/2000 com um novo cenário: os BCE, os BPF e os BPN detêm quase 90% dos ativos totais, ficando os BPE e os BE em

torno de 10%. Isto ressalta a forte influência exercida pela entrada dos bancos com controle estrangeiro na distribuição dos ativos do sistema bancário nacional (tinham 7,51% dos ativos do sistema em dez/92 elevando-se para 27,52% em dez/2000), ao tempo em que os BE perderam espaço (saíram com 12,79% em dez/92 e caíram para 3,87% em dez/2000), em virtude das privatizações ocorridas ao longo do período considerado. Houve ainda uma queda na participação dos bancos públicos federais nos ativos totais do sistema, que diminuiu cerca de 10%, assim como nos dos bancos privados nacionais, que em dezembro de 1992 tinham 30,91%, chegando a 38,53% em junho de 1995 e finalmente alcançando 28,83% em dezembro de 2000. Torna-se então evidente a redução da participação do setor público nos ativos totais do sistema financeiro brasileiro a partir de junho de 1997, com a privatização de bancos estaduais, a assunção do controle federal a fim de prepará-los para a privatização ou mesmo o encerramento das atividades de alguns deles.

Gráfico 3 – Operações de Crédito por tipo de Controle



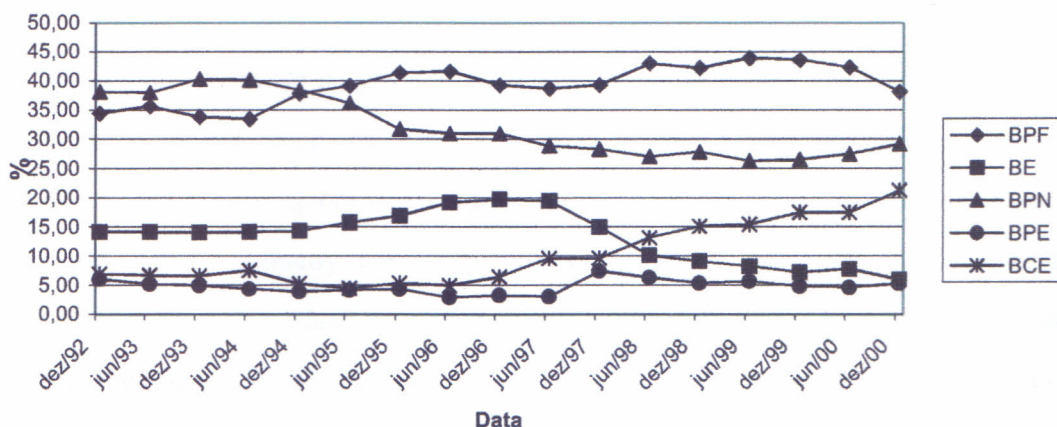
Fonte: O gráfico foi elaborado pela autora a partir dos dados do SISBACEN

Com relação às operações de crédito, podemos observar no **Gráfico 3** que os bancos privados nacionais elevaram sua oferta de crédito de 23,07% em dez/92 para 28,52% em dez/2000. Considerando, porém, apenas o período pós-real, observa-se que a oferta de

crédito dos bancos privados nacionais é decrescente. Há uma queda dos créditos concedidos pelos bancos públicos e pelos bancos privados nacionais com um aumento do volume dos créditos concedidos pelos bancos de controle estrangeiro. Este seria o reflexo de todo o processo de reestruturação decorrente das fusões, aquisições e a forte entrada dos bancos estrangeiros. Tal reestruturação é refletida também na perda de participação dos bancos privados no total dos depósitos à vista, o qual caiu de 38,2% em dez/1992 para 29,19% em dez/2000, como mostra o **Gráfico 4**.

Convém salientar o forte incremento tanto nas operações de crédito quanto nos depósitos totais dos bancos com controle estrangeiro, que de 4,75% em dez/92 passaram a 25,37% em dez/2000 e de 6,97% para 21,31%, respectivamente. Já os bancos públicos federais que ofertavam 48,03% do crédito em dez/92, restringiram sua oferta para 37,01% em dez/2000, enquanto os depósitos foram elevados de 34,45% para 38,18% no mesmo período.

Gráfico 4 – Depósitos Totais por tipo de Controle

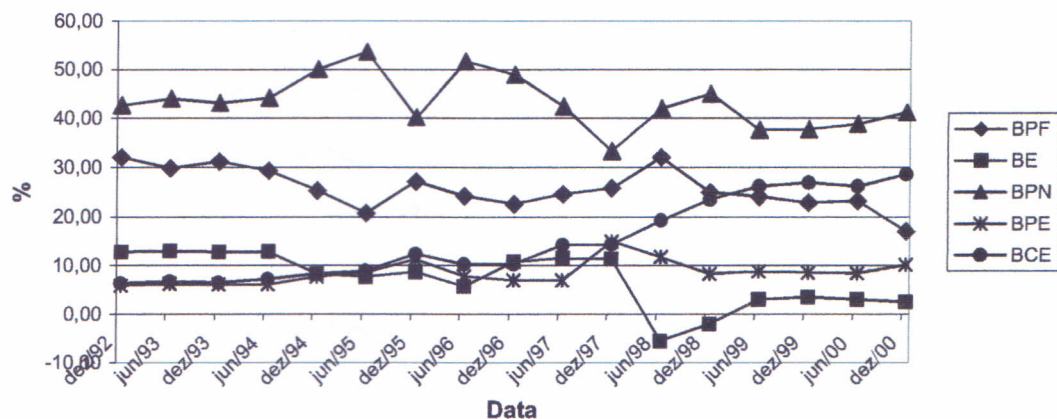


Fonte: O gráfico foi elaborado pela autora a partir dos dados do SISBACEN

Quanto ao patrimônio líquido dos bancos, verifica-se no **Gráfico 5** um comportamento relativamente constante dos bancos privados nacionais, mantendo sua participação com relação ao patrimônio líquido total do sistema em torno de 40%. Os bancos públicos federais e os estaduais diminuíram suas fatias de 32,14% em dez/92 para

17,13% em dez/2000 e de 12,83% para 2,61%, respectivamente. Novamente, a participação estrangeira se faz presente também com relação ao patrimônio líquido total dos bancos: de 6,35%, elevou-se a 28,71%, no caso dos bancos com controle estrangeiro, e de 5,89% para 10,25%, nos bancos com participação estrangeira ao longo do período considerado.

Gráfico 5 – Patrimônio Líquido por tipo de Controle

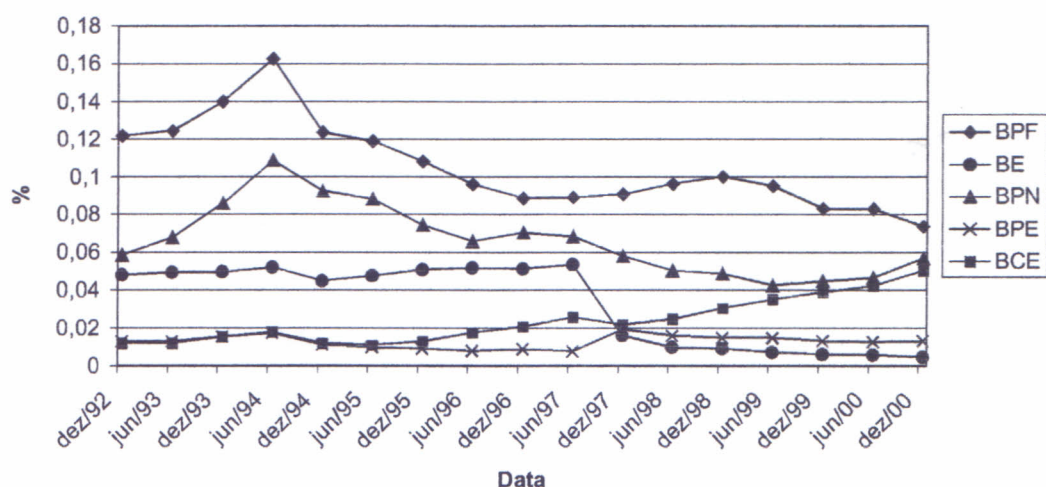


Fonte: O gráfico foi elaborado pela autora a partir dos dados do SISBACEN

Focando a análise no comportamento das operações de crédito em termos de volume, o **Gráfico 6** expõe a participação destas no PIB (considerado no mês de referência do balancete). Há uma queda acentuada na oferta de crédito do setor público, tanto por parte dos bancos públicos federais quanto dos estaduais, implicando uma queda de participação dessa atividade no PIB. Como o **Gráfico 6** ilustra, os empréstimos das instituições bancárias públicas para as atividades dos diversos setores econômicos reduzem sua participação no PIB de 17,01% em dezembro de 1992 para 7,87% em dezembro de 2000. Já a participação dos bancos com controle estrangeiro passa de 1,21% em 1992 para 5,06% em 2000, enquanto a dos bancos privados nacionais permanece relativamente constante, com um leve decréscimo no final do período, de 5,86% em dezembro de 1992 para 5,69% em dezembro de 2000. No total dos cinco grupos de instituições por tipo de controle, a participação do crédito para os diversos setores no PIB cai de 25,39% em 1992 para 19,95% em 2000.

A menor importância na participação das instituições públicas na oferta de crédito deve-se ao processo de redução da presença do governo no sistema financeiro brasileiro. A este respeito, ver por exemplo Puga (1999) e Ness (2000). No entanto, embora tenha-se observado uma relativa estagnação com um leve decréscimo da participação das instituições privadas na oferta de crédito, os dados também mostram que a oferta de crédito por parte destas instituições não acompanha a evolução do PIB. Conclui-se portanto que há indícios de que o aumento da oferta de crédito do sistema financeiro privado não experimentou a expansão esperada pela reestruturação do sistema financeiro e entrada dos bancos estrangeiros. Isto tem implicações sobre o impacto das instituições financeiras internacionais no desempenho do crédito doméstico.

Gráfico 6 – Operações de Crédito/PIB por tipo de controle



Fonte: O gráfico foi elaborado pela autora a partir dos dados do SISBACEN

Com base na observação do comportamento das operações de crédito e demais variáveis ao longo do período dezembro de 1992 a dezembro de 2000, são posta s questões importantes abordadas nesta dissertação: como a reestruturação no sistema financeiro nacional afetou a disposição dos bancos nacionais em ofertarem mais crédito, e quais os efeitos da entrada dos bancos estrangeiros no Brasil sobre a oferta de crédito dos bancos nacionais após o Plano Real.

3 O IMPACTO DA ENTRADA DOS BANCOS ESTRANGEIROS NA OFERTA DE CRÉDITO DOS BANCOS PRIVADOS BRASILEIROS

Para melhor compreensão do comportamento dos bancos que fazem parte do sistema financeiro brasileiro a partir do período pós-real, a análise da oferta de crédito será baseada nos microfundamentos do sistema financeiro, ou seja, baseada no estudo do comportamento de cada banco ante a disposição de aumentar sua oferta de crédito.

Tendo como objetivo geral analisar o impacto da entrada dos bancos estrangeiros na oferta de crédito do mercado bancário brasileiro após o plano real, será verificado nesta pesquisa: se o aumento da participação dos bancos com controle estrangeiro reduziu o volume ofertado de crédito dos bancos privados nacionais; se o aumento da participação dos bancos com controle estrangeiro reduziu o *spread*, o rendimento, a lucratividade e a margem líquida de juros das operações de crédito dos bancos privados nacionais.

Para alcançar os objetivos acima, serão utilizados elementos microeconômicos da teoria de *banking*, chamada de “Abordagem da Organização Industrial para Bancos”. Esta abordagem, embora simplista, fornece um rico conjunto de modelos que envolvem aspectos diversos, como política monetária, falhas de mercado e alguns aspectos de regulação bancária. Os bancos comerciais são modelados como entidades independentes que reagem de forma ótima ao seu ambiente e são definidos como intermediários financeiros que “compram” ações de um certo tipo (empréstimos) e “vendem” ações de outro tipo (depósitos). Desta forma, conceder um empréstimo seria o mesmo que comprar uma ação emitida pelo tomador e, analogamente, arrecadar depósitos equivaleria a emitir ações ou ainda, segundo a visão tradicional, os bancos “compram” fundos dos depositantes e os “vendem” aos tomadores, implicando uma demanda de empréstimos pelos tomadores e uma oferta de depósitos pelas famílias. Serão tomados como dados a tecnologia bancária

(ou seja, o custo de gerenciamento destes empréstimos e depósitos) e o equilíbrio do setor bancário será visto sob especificações alternativas para o tipo de competição que prevalece neste setor.

Este capítulo descreve a amostra, as hipóteses formuladas, a concepção do modelo a ser estimado, as variáveis consideradas e os resultados.

3.1 Hipóteses

Analisando os agregados macroeconômicos de crédito no Brasil após o Plano Real, verifica-se uma diminuição no volume de crédito concedido, com um aumento da participação da oferta por parte das instituições privadas. Em paralelo, observou-se também maior participação dos bancos com controle estrangeiro na oferta de crédito. Diante desse fato e com base em outros estudos que têm demonstrado o efeito negativo da entrada de bancos estrangeiros na oferta de crédito dos bancos nacionais, como em Weller (1999), a primeira hipótese a ser formulada trata da mudança de comportamento dos bancos privados nacionais em aplicar uma parcela menor de seus ativos em operações de crédito em função do aumento da participação de bancos com controle estrangeiro no sistema financeiro brasileiro.

- H1: Os bancos privados nacionais não incrementaram a importância do crédito em suas operações de ativo.

Em relação ao PIB, o **Gráfico 6** mostra que após o Plano Real, os empréstimos das instituições bancárias privadas nacionais sofreram um decréscimo de 38,6%, passando de 9,27% em dezembro de 1994 para 5,69% em dezembro de 2000. Já a participação dos bancos com controle estrangeiro passa de 1,21% em 1992 para 5,06% em 2000. No entanto, o total das operações de créditos de todo o sistema com relação ao PIB perde participação,

caindo de 25,39% em 1992 para 19,95% em 2000. Baseado também no estudo de Weller (1999), que tem demonstrado o efeito negativo da entrada de bancos estrangeiros no total do crédito ofertado, este trabalho formula a seguinte hipótese:

- H2: O aumento da participação de bancos com controle estrangeiro no Brasil reduz o volume da oferta de crédito dos bancos privados nacionais.

No entanto, ao contrário de Claessens *et al* (2.001), espera-se que a margem de lucro líquida, o *spread* e lucratividade dos bancos nacionais não tenham sofrido redução com a entrada dos bancos estrangeiros. Assim, são formuladas as duas últimas hipóteses:

- H3: O *spread* e o rendimento das operações de crédito dos bancos nacionais sofreram redução com a entrada dos bancos estrangeiros.
- H4: A margem líquida de juros e a lucratividade dos bancos nacionais não sofreram redução com a entrada dos bancos estrangeiros.

3.2 Modelo

O capítulo anterior mostrou a evidência empírica de que, após o Plano Real os bancos privados nacionais não apenas mantiveram praticamente constante o seu montante absoluto da oferta de crédito como também reduziram a alocação dos ativos para estas atividades. Para encontrar os fatores determinantes desse comportamento, deve-se arrolar três grupos de variáveis: 1) variáveis internas aos bancos; 2) variáveis macroeconômicas; e 3) estrutura de mercado e competição. O primeiro grupo diz respeito ao tamanho e capacidade do banco em alavancar recursos para financiar sua carteira de crédito. O segundo está associado aos juros altos que desestimulam a economia a se endividar mais, à inflação, que também desestimula a oferta e demanda de crédito, e o PIB que induz um efeito positivo sobre as necessidades de financiamento da economia. Já o terceiro grupo de variáveis está associado ao efeito negativo sobre os bancos nacionais diante do aumento da fatia de mercado dos bancos estrangeiros.

Para fundamentar os efeitos das variáveis bancárias, parte-se da suposição de que os bancos operam com informação assimétrica nos mercados financeiros. Deste modo, as decisões de oferta de crédito tendem a sofrer do problema de racionamento de crédito. Seguindo a especificação proposta por Greenwald e Stiglitz (1990), em que a oferta de crédito dos bancos sob racionamento de crédito depende positivamente da sua base de depósitos, sua base de capital, seus custos de oportunidade em emprestar e do colateral dos tomadores, adotou-se neste trabalho a suposição de que a função de oferta de crédito depende do capital dos bancos (seus ativos) e dos depósitos, a exemplo de Weller (1999).

Weller (1999) sugere ainda que o efeito da entrada de mais bancos estrangeiros sobre a oferta de crédito depende do valor líquido de cada banco, ou seja, a decisão dos bancos privados nacionais em ofertar mais crédito levará em conta o incremento do seu valor líquido. Assim, se o valor líquido do banco permanece acima de um patamar seguro, o banco não irá aumentar seu crédito a menos que seu valor líquido cresça, mas, uma vez que seu valor líquido caia abaixo de uma patamar seguro, o banco elevará seus empréstimos, principalmente para projetos de alto risco, que isto os faria perder pouco ou nada. A competição internacional leva então a um dilema para os bancos privados nacionais: limitar a habilidade em aumentar seu valor líquido ou restringir seus empréstimos, dado que seu valor líquido está acima de uma patamar que consideram seguro.

Para fundamentar os efeitos da competição, esta seção desenvolve uma fundamentação teórica a partir do modelo de Monti Klein (para um banco monopolístico) modificado para competição imperfeita de Cournot como em Freichas & Rochet (1997).

3.2.1 Modelo de competição bancária

O modelo de Monti Klein adaptado para competição imperfeita de Cournot considera que os N bancos (indexados por $n = 1, \dots, N$) que estão competindo têm a mesma função custo, tomada como sendo linear:

$$C_n(D, L) = \gamma_D D + \gamma_L L, n = 1, \dots, N.$$

Onde $C_n(D,L)$ é a função de custo que representa a tecnologia bancária e pode ser interpretada como o custo de gerenciar um volume D de depósitos e um volume L de empréstimos. Esta função satisfaz as hipóteses usuais de convexidade (que implica retornos decrescentes de escala) e regularidade (C_n é duas vezes diferenciável).

$\gamma_D \equiv C'_D$ e $\gamma_L \equiv C'_L$ são os custos marginais de intermediação.

Um equilíbrio de Cournot na indústria bancária é dado por N vetores $(D^*_n, L^*_n)_{n=1,\dots,N}$ tais que para cada n , (D^*_n, L^*_n) maximiza o lucro do banco n (tomando como dados o volume de depósitos e de empréstimos dos outros bancos). Em outras palavras, para cada n , (D^*_n, L^*_n) resolve:

$$\text{Max}_{(D_n, L_n)} \{ (r_L (L_n + \sum_{m \neq n} L^*_m) - r) L_n + (r(1 - \alpha) - r_D (D_n + \sum_{m \neq n} D^*_m)) D_n - C(D_n, L_n) \}$$

onde r_L e r_D são, respectivamente, as taxas de juros dos empréstimos e dos depósitos, r é a taxa de juros do mercado interbancário, L^*_m e D^*_m representam os valores ótimos dos empréstimos e depósitos, respectivamente, dos outros bancos e α é o coeficiente das reservas compulsórias.

Pelas condições de primeira ordem,

$$r'_L (L_n + \sum_{m \neq n} L^*_m) L_n + r_L (L_n + \sum_{m \neq n} L^*_m) - r - C'_{L_n} (D_n, L_n) = 0,$$

então, o volume ótimo dos empréstimos será dado pela função implícita:

$$L^*_n = f(\sum_{m \neq n} L^*_m, r, C'_{L_n} (D_n, L_n))$$

Ou seja, o valor ótimo dos empréstimos a serem concedidos por um banco será função do volume de crédito dos outros bancos, da taxa de juros do mercado e dos custos marginais de intermediação.

3.2.2 Modelo a ser estimado

A análise econométrica será então baseada em três modelos, construídos utilizando-se como paradigmas as verificações empíricas de Weller (1999) e nos fundamentos descritos anteriormente. A oferta de crédito de cada banco será tomada como sendo função do patrimônio líquido e do valor dos depósitos destes, delimitando o montante de crédito ofertado conforme o tamanho dos bancos e a fonte de recursos, como sugere Weller (1999). Os outros componentes da oferta de crédito são tirados da função de reação do modelo de competição bancária: a oferta de crédito dos outros bancos (estrangeiros) e a taxa de juros do mercado interbancário (*over*). As variáveis inflação e PIB representam o contexto macroeconômico.

A oferta de crédito terá sua análise dividida em duas partes, uma quantitativa e uma qualitativa: a primeira investiga o impacto da entrada dos bancos estrangeiros no volume das operações de crédito dos bancos privados nacionais medido em termos do PIB; a segunda sonda o impacto da entrada dos bancos estrangeiros na participação das operações de créditos no ativo total dos bancos privados nacionais. Supõe-se neste estudo que a mesma estrutura determinante da oferta de crédito seria válida para a análise quantitativa e qualitativa.

Será então realizado um estudo do comportamento das séries temporais construídas a partir de 7 indicadores e pelas outras variáveis listadas abaixo, investigando-se o impacto da entrada dos bancos estrangeiros no volume da oferta de crédito, na composição do *portfólio*, no *spread*, no rendimento das operações de crédito, na rentabilidade e lucratividade dos bancos privados nacionais.

Observe-se que, para quantificar o impacto dos bancos estrangeiros, são utilizadas três variáveis: volume de crédito dos bancos estrangeiros, patrimônio líquido dos bancos estrangeiros e o percentual do número de bancos com controle estrangeiro em relação ao total dos bancos do sistema financeiro brasileiro.

▪ MODELO I

O modelo formaliza a análise para verificar qual foi o efeito do aumento da participação de bancos com controle estrangeiro no volume do crédito ofertado pelos bancos privados nacionais:

$$\frac{\text{CredPN}}{\text{PIB}}_{it} = \alpha + \beta_1 \frac{\text{PL}}{\text{PIB}}_{it} + \beta_2 \frac{\text{Dep}}{\text{PIB}}_{it} + \beta_3 \text{XCE}_t + \beta_4 y_t + \beta_5 \text{over}_t + \beta_6 \text{IGP}_t + \varepsilon_{it}$$

Onde CredPn refere-se à oferta de crédito do banco privado nacional i no semestre t , o patrimônio líquido (PL) e o valor dos depósitos totais (Dep) entram como fontes de recursos dos bancos privados nacionais.

XCE_t será considerado como $(\text{CredMNB}/\text{PIB})_t$, onde CredMNB refere-se à oferta de crédito agregada dos bancos da amostra que no tempo t tinham controle estrangeiro, sendo também utilizadas as variáveis $(\text{PLMNB}/\text{PIB})_t$, PLMNB referindo-se à soma do patrimônio líquido de todos os bancos na amostra que no tempo t tinham controle estrangeiro e NB_t , indicando o percentual do número de bancos com controle estrangeiro em relação ao número total de bancos no sistema financeiro no semestre t .

▪ MODELO II

Para verificar se aumento da participação de bancos com controle estrangeiro alterou a composição do *portfólio* dos bancos privados nacionais, utilizou-se o seguinte modelo:

$$\frac{\text{CredPN}}{\text{TA}}_{it} = \alpha + \beta_1 \frac{\text{PL}}{\text{TA}}_{it} + \beta_2 \frac{\text{Dep}}{\text{TA}}_{it} + \beta_3 \text{XCE}_T + \beta_4 y_t + \beta_5 \text{over}_t + \beta_6 \text{IGP}_t + \varepsilon_{it}$$

Neste caso, XCE_t será considerada como $\frac{\text{CredMNB}}{\text{PIB}}_t$; $\frac{\text{PLMNB}}{\text{PIB}}_t$; e NB_t .

▪ MODELO III

Para verificar se o aumento da participação de bancos com controle estrangeiro reduziu o *spread*, o rendimento(r_j), a margem líquida de juros (NIM) das operações de crédito concedida pelos bancos privados nacionais e suas respectivas lucratividades (L), formula-se o seguinte modelo:

$$\text{En}_{it} = \alpha + \beta_1 \frac{\text{PL}}{\text{TA}}_{it} + \beta_2 \frac{\text{Dep}}{\text{TA}}_{it} + \beta_3 y_t + \beta_4 \text{XCE}_t + \beta_5 \text{over}_t + \beta_6 \text{IGP}_t + \varepsilon_{it}$$

Onde E_{nit} pode ser uma das seguintes variáveis do banco i no semestre t : *spread*, taxa de rendimento, custo, margem líquida de juros e lucratividade e XCE_t também será considerada como $\frac{CredMNB}{PIB}_t$; $\frac{PLMNB}{PIB}_t$; e NB_t .

3.2.3 Variáveis

Os dados microeconômicos fundamentarão o estudo empírico para investigar o comportamento de cada banco frente à disposição de aumentar sua oferta de crédito, demandando, portanto, informações mais desagregadas ao nível de cada banco comercial: os componentes dos balanços e balancetes das instituições do sistema financeiro brasileiro que estão sistematizadas pelo critério do COSIF. A análise será então formulada em dados em painel com efeito fixo.

Serão utilizadas também variáveis macroeconômicas da economia brasileira, como o PIB, considerado em termos reais e mensais, funcionando como uma *proxy* para a renda (y), o Índice de Inflação – IGP – DI da Fundação Getúlio Vargas e Taxa de Juros – OVER SELIC, mensal e real, representando o custo do dinheiro na economia.

As variáveis das contas dos balanços e balancetes de cada banco a serem utilizadas, além do número de bancos por tipo de controle, são:

1. Operações de crédito
2. Ativos Totais
3. Depósitos Totais
4. Receitas Operacionais
5. Outras Receitas Operacionais
6. Despesas Operacionais
7. Patrimônio Líquido

Indicadores construídos:

1. Participação do ativo j no total dos ativos do banco (composição do portfólio)

$$P_j = \text{Ativo}_j / \text{Total dos Ativos}$$

2. Participação do ativo j no PIB (*Proxy* para indicar o volume da oferta de crédito):

$$P_j = \text{Ativo}_j / \text{PIB}$$

3. Taxa de rendimento do ativo j :

$$r_j = \text{Renda de juros no ativo } j / \text{estoque do ativo } j$$

4. Taxa de custo do ativo j :

$$c_j = \text{despesas com juros do ativo } j / \text{estoque do ativo } j$$

5. *Spread* referente a um ativo j :

$$\text{Spread}_j = r_j - c_j$$

6. Margem de lucro líquida:

$$\text{NIM} = \text{renda de juros líquida} / \text{total dos ativos}$$

7. Lucratividade:

$$L = \text{Lucro} / \text{Total dos ativos}$$

8. % do número de bancos com controle estrangeiro:

$$\text{NB} = \text{no. de bancos com controle estrangeiro} / \text{no. total de bancos}$$

As informações dos bancos foram obtidas a partir de registros contábeis dos balanços balancetes do Banco Central, enquanto os dados dos agregados macroeconômicos foram obtidos pela base de dados do IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

3 Amostra

Como exposto no capítulo anterior, o sistema financeiro brasileiro passou por profundas modificações no que diz respeito principalmente à sua composição. Focando no período pós-al, a entrada de novos bancos com controle estrangeiro, as privatizações, as fusões,

incorporações e transferências de controle acionário então ocorridas modificaram semestralmente a quantidade de bancos diferenciados por tipo de controle. Desta forma, para analisar o efeito da entrada dos bancos estrangeiros na oferta de crédito dos bancos nacionais, foi constituída uma amostra onde foram considerados os bancos que sempre estiveram entre os cinquenta maiores em cada semestre conforme o valor do ativo e que concentram 68,99% de todos os ativos do sistema bancário nacional em dezembro de 2.000, excluídos o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. O período compreende os semestres de dezembro de 1994 a dezembro de 2000. Os 29 bancos que compõem a amostra estão expostos no **Quadro 4**.

Destes 29 bancos, o Citibank S.A não aparece na lista dos 50 maiores no período de dez/94 a jun/96, porém foi incluído na amostra em virtude de sua importância no *ranking* a partir de dez/96; o Dresdner Bank Brasil S.A também não está presente no *ranking* em todo o período considerado, mas foi também considerado, pois só teve suas atividades iniciadas em novembro de 1996, assim como o Banco Ford, que iniciou suas atividades em maio de 1996 e o HSBC Bamerindus em março de 1997.

Convém ressaltar as mudanças no controle acionário que, neste período, alguns bancos considerados na amostra sofreram, como foi o caso do UNIBANCO, que de privado nacional passou à participação estrangeira a partir de dez/97; o BANESPA, que de público passou a controle estrangeiro, a partir de dez/2000; o Boa Vista Interatlântico, que foi privado nacional de dez/92 a jun/97, participação estrangeira de dez/97 a jun/99, controle estrangeiro em dez/99 e jun/2000 e novamente privado nacional em dez/2000; o SANTANDER S.A., de participação estrangeira, passou a controle estrangeiro em dez/98; o Bandeirantes, que de privado nacional mudou para controle estrangeiro em jun/98; o Santander Meridional, que foi público até jun/97, passando depois à participação estrangeira em dez/97 e de jun/98 a dez/2000, controle estrangeiro; o BEMGE, de público passou a privado nacional a partir de jun/98; o BBV Argentária Brasil, de privado nacional mudou para controle estrangeiro em dez/98; o Banco de Crédito Real MG foi público de dez/92 a jun/97, em dez/97 teve controle estrangeiro e a partir de jun/98 passou a ser privado nacional e, finalmente, o Banco Pactual, que de privado nacional mudou para participação estrangeira a partir de dez/98.

Quadro 4 – Amostra

	Dez/ 1994	Jun/ 1995	Dez/ 1995	Jun/ 1996	Dez/ 1996	Jun/ 1997	Dez/ 1997	Jun/ 1998	Dez/ 1998	Jun/ 1999	Dez/ 1999	Jun/ 2000	Dez/ 2000
1. ABN AMRO - REAL S.A	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
2. BANCO FORD					CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
3. BANCOIDADE	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN
4. BANDEIRANTES	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	CE	CE	CE	CE	CE	CE
5. BANESPA	PB	PB	PB	PB	PB	PB	PB	PB	PB	PB	PB	PB	PB
6. BANK BOSTON N.A	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
7. BANKBOSTON BCO MÚLTIPLO S.A	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
8. BBV ARGENTÁRIA BRASIL S.A	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	CE	CE	CE	CE	CE
9. BCN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN
10. BCO CRÉDITO REAL MG S.A	PB	PB	PB	PB	PB	PB	CE	PN	PN	PN	PN	PN	PN
11. BCO PACTUAL S.A	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PE	PE	PE	PE	PE
12. BEMGE	PB	PB	PB	PB	PB	PB	PB	PB	PN	PN	PN	PN	PN
13. BOAVISTA INTERATLÂNTICO	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PE	PE	PE	PE	CE	CE	PN
14. BRADESCO	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN
15. CITIBANK N.A	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
16. CITY BANK S.A	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
17. DRESDNER BANK BR				CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
18. HSBC BAMERINDUS						CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
19. HSBC INVEST BANK BR ASBM	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
20. ITAU	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN
21. J. P. MORGAN S.A	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
22. LLOYDS TSB BANK	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
23. MERCANTIL FINASA	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN
24. SAFRA	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN
25. SANTANDER MERIDIONAL S.A	PB	PB	PB	PB	PB	PB	PE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
26. SANTANDER S.A	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE	CE	CE	CE	CE	CE
27. SUDAMERIS BRASIL S.A	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE	CE
28. UNIBANCO	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PE	PE	PE	PE	PE	PE	PE
29. VOTORANTIM	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN	PN

Fonte: construído a partir dos dados do Banco Central

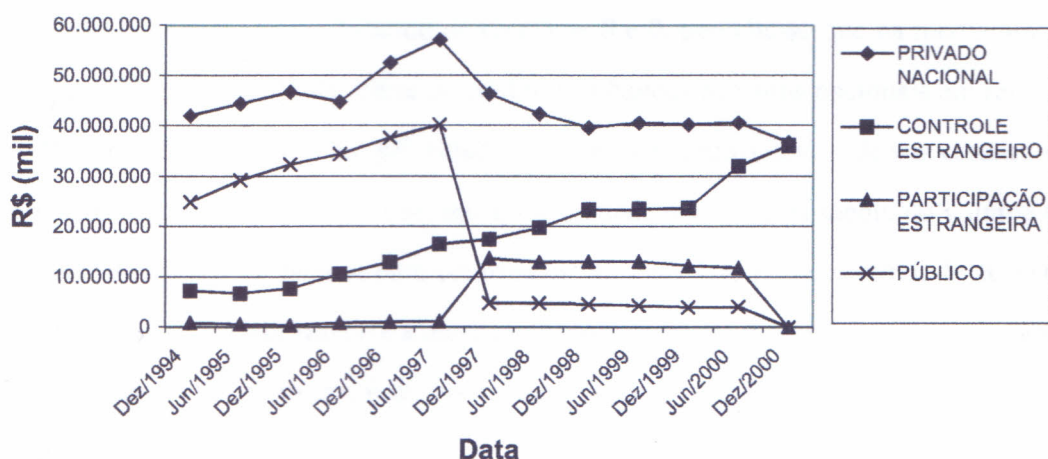
Em resumo, a amostra consta de 7 bancos que sempre foram privados com controle nacional, de 12 que sempre foram de controle estrangeiro, de 4 bancos com controle nacional que passaram para controle estrangeiro, de 3 bancos públicos que passaram para controle nacional e de 3 bancos públicos que passaram para controle estrangeiro.

As informações contábeis foram obtidas a partir do sistema COSIF do Banco Central e depois os valores foram atualizados pelo IGP-DI, com base no mês de dezembro de 2.000. Como mostrado, no período pós real houve mudanças de controle acionário, aquisições e fusões, considerando-se, portanto, uma série com dados em painel não balanceada.

3.4 Evolução dos Dados

Os gráficos apresentados a seguir mostram a evolução das variáveis utilizadas nos três modelos no período considerado.

Gráfico 7 – Operações de crédito por tipo de controle (bancos da amostra)



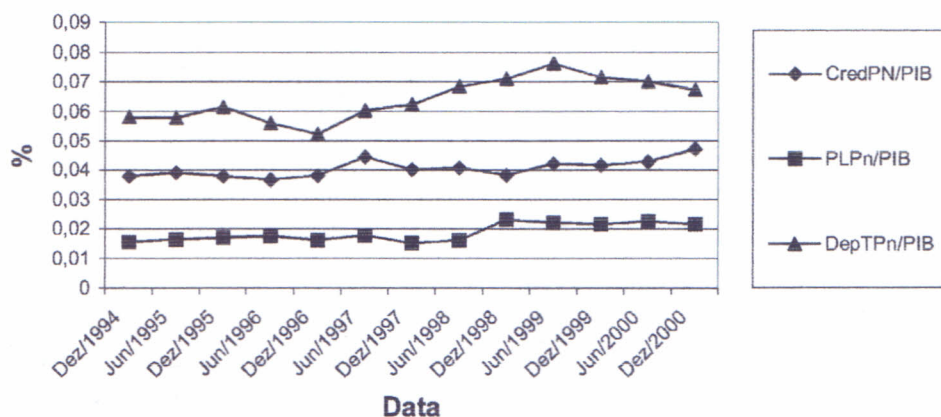
Fonte: construído a partir dos dados do Banco Central

No **Gráfico 7** estão ilustrados os volumes de créditos dos bancos da amostra conforme o tipo de controle. Observa-se uma redução no final do período dos créditos ofertados pelos bancos privados nacionais e um aumento dos créditos dos bancos com controle estrangeiro. A compra de grandes públicos pelos estrangeiros resultou no aumento da participação destes, mas vale ressaltar que outros estrangeiros entraram no sistema financeiro nacional sem adquirir instituições nacionais, como é o caso do Dresdner e outros. Outros, como o CityBank, decidiram abrir um banco sob a denominação de controle estrangeiro. Com relação aos privados nacionais, além da compra de alguns destes por outros bancos domésticos, como foi o caso do Banco Nacional (que vendeu seus ativos para o UNIBANCO), houve também a transferência de controle acionário para bancos estrangeiros, como aconteceu com o Real que transferiu o controle para o ABN AMRO S.A.

Tem-se, portanto, indícios de que os grandes bancos privados nacionais sofreram um impacto adverso com a entrada dos estrangeiros. Muito embora os grandes nacionais tenham também adquirido e incorporado outras instituições, o volume de total de crédito ofertado por estes mostrou-se estável com uma redução no fim do período. Este efeito será mais bem investigado através do modelo econométrico para se testar se esses efeitos são de fato negativo. O que agora se verifica é que a série não cresce.

Por outro lado, comparando os Gráficos 8 e 9, percebe-se que na média houve um pequeno incremento da oferta de crédito dos bancos privados nacionais em relação ao PIB, não havendo, porém, prioridade na oferta de crédito dentro de sua carteira de ativos. O Gráfico 10, por sua vez, mostra acentuada elevação na média do volume de crédito ofertado pelos bancos com controle estrangeiro. Isto pode ser um indicativo de que o período de estabilização e a reestruturação do sistema financeiro não provocaram maior alocação de recursos dos ativos para as operações de crédito dos bancos privados nacionais.

Gráfico 8 – Variáveis dos bancos privados do Modelo I

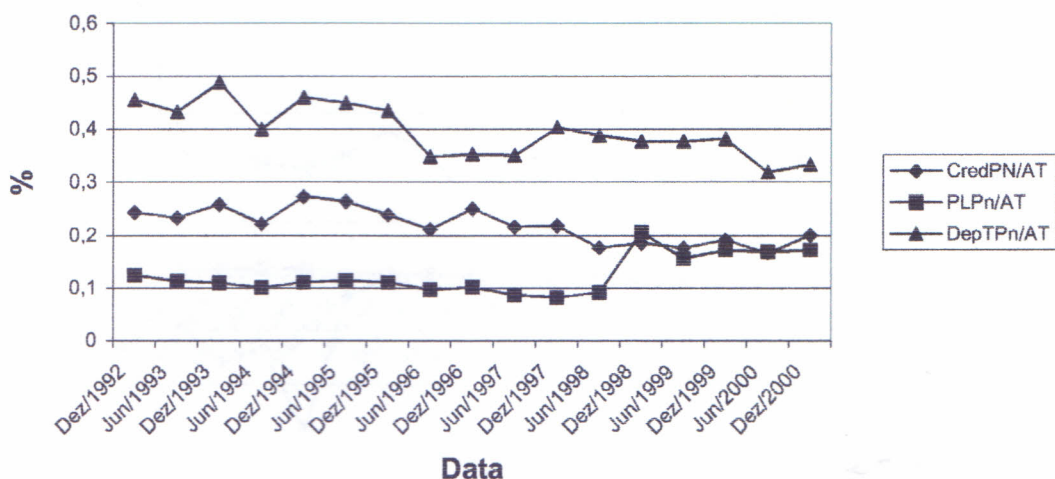


Fonte: construído a partir dos dados do Banco Central

Deste modo, os indícios são de que os bancos com controle estrangeiro tenham seguido a tendência de destinar relativamente mais recursos para o crédito, enquanto os bancos com controle nacional parecem ter seguido uma tendência oposta. Tal

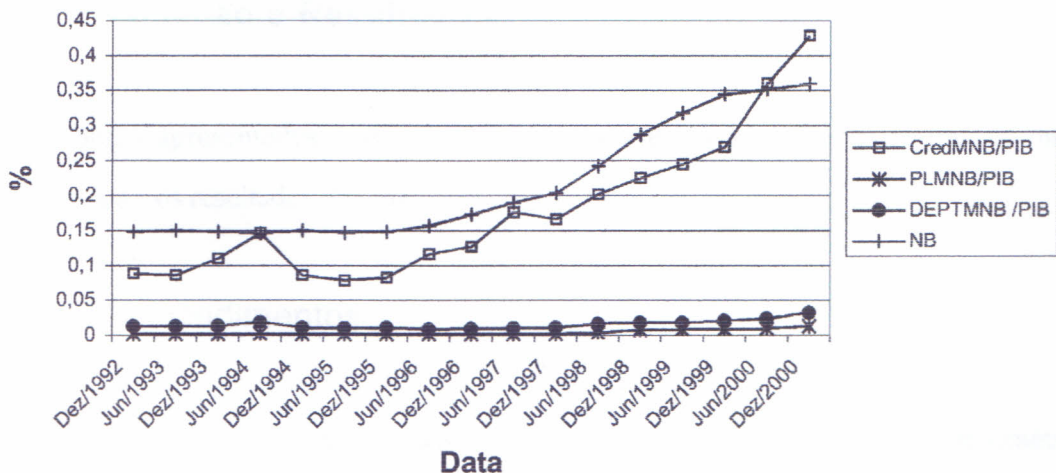
comportamento será mais profundamente investigado na próxima seção, valendo ressaltar antecipadamente, no entanto, que a entrada dos bancos estrangeiros provavelmente afetou não apenas o volume de crédito ofertado pelas instituições bancária privadas nacionais, mas também o modo dessas instituições administrarem seus recursos.

Gráfico 9 – Variáveis dos bancos privados do Modelo II



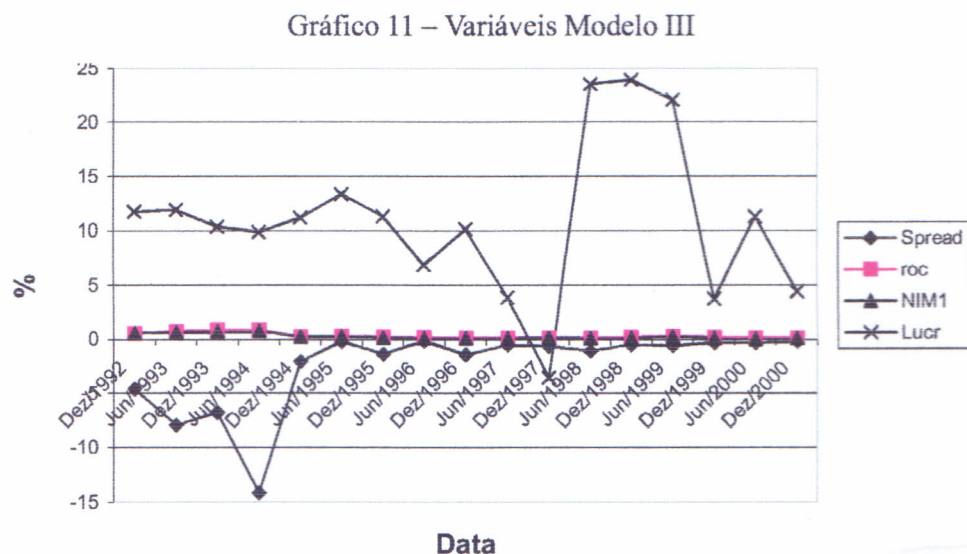
Fonte: construído a partir dos dados do Banco Central

Gráfico 10 – Variáveis dos bancos estrangeiros dos Modelos I e II



Fonte: construído a partir dos dados do Banco Central

O **Gráfico 11** abaixo mostra o comportamento médio do *spread*, da taxa de rendimento das operações de crédito (*roc*), da margem de lucro líquida (*NIM1*) e da lucratividade dos bancos privados domésticos. O valor negativo da lucratividade em dez/1997 foi devido ao BCN, que apresentou um valor de $-21,3447$.



Fonte: construído a partir dos dados do Banco Central

3.5 Estimação e Resultados

Serão apresentados nesta seção os procedimentos adotados na estimação das regressões e os resultados obtidos.

3.5.1 Procedimentos

As regressões foram realizadas através do programa EVIEWS, versão 3.1, que fornece uma ferramenta para análises de dados em painel, denominada SUR (*Seemingly unrelated regression*). Gericamente, o SUR é um método de estimação apropriado quando todos os

regressores são assumidos como exógenos e os erros são heterocedásticos entre as N equações e contemporaneamente correlacionados.

Desta forma, a estimativa é feita utilizando-se o estimador de mínimos quadrados generalizados (GLS) “SUR”, que é um GLS factível quando os resíduos são tanto heterocedásticos quanto contemporaneamente correlacionados entre as seções.

O ganho de eficiência obtido por este estimador sobre o de mínimos quadrados ordinários (OLS) aumenta diretamente com a correlação entre os distúrbios das diferentes equações e diminui à medida que a correlação entre os diferentes conjuntos de variáveis explicativas cresce.

3.5.2 Resultados

Após sucessivas estimações para ajustes dos modelos e iterações até a convergência, os resultados obtidos estão relatados a seguir:

TABELA 1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO DOS BANCOS PRIVADOS NACIONAIS COM
RELAÇÃO AO PIB COM A ENTRADA DOS BANCOS ESTRANGEIROS

▪ MODELO I

Variável Explicativa	C	Efeito Fixo	C	Efeito Fixo	C	Efeito Fixo
Constante	-0.002070 (-3.93)*		-0.010003 (-125.76)*		-0.000812 (-4.26)*	
(PLPN/PIB) _{it}	1.665345 (75.47)*	0.025221 (7.27)*	0.577370 (131.06)*	0.011263 (4.25)*	0.706336 (41.25)*	0.006797 (1.46)
(DepPN/PIB) _{it}	0.000284 (0.06)	0.030702 (8.83)*	0.409549 (578.03)*	0.023456 (7.15)*	0.247097 (78.13)*	0.011076 (1.91)***
(CredMNB) _t	-0.013947 (-23.51)*	-0.000542 (-0.96)				
(PLMNB/PIB) _t			-0.474981 (-254.56)*	-0.108396 (-5.36)*		
(% de bancos CE) _t					-0.035781 (-210.10)*	-0.017925 (-28.92)*
Over _t	-0.000799 (-15.97)*	-0.000624 (-7.14)*	0.001870 (268.31)*	-0.000156 (-3.97)*	-0.000541 (-30.91)*	-0.000898 (-15.47)*
Igp _t	-0.000432 (-6.98)*	-0.000237 (-1.73)***	0.000447 (66.65)*	5.06E-05 (0.44)	-0.000143 (-6.44)*	-0.000473 (-6.45)*
PIB _t	4.21E-11 (8.64)*	-3.87E-12 (-0.44)	1.85E-10 (293.71)*	3.46E-12 (0.74)	1.37E-10 (75.72)*	4.64E-11 (7.49)*
No. de observações	130	130	130	130	130	130

* significante a 1%

*** significante a 10%

Para o Modelo I, as estimativas na Tabela 1 mostram que o aumento da participação dos bancos estrangeiros possui um efeito negativo sobre o volume de crédito ofertado pelos bancos nacionais. Tal resultado é significativo a 1% quando o efeito dos bancos estrangeiros é representado pelas operações de crédito dos bancos multinacionais, seu patrimônio líquido

ou mesmo pelo percentual do número de bancos estrangeiros no sistema bancário nacional. Com isso, os resultados confirmam as hipóteses formuladas e também reforçam os estudos já desenvolvidos neste sentido, como foi o caso do Weller(1999). Quando considerados os efeitos fixos que captam as particularidades dos efeitos sobre cada banco privado, o resultado acima também se confirma, sendo não significativa apenas a variável operações de crédito dos bancos multinacionais. Com relação às variáveis bancárias, verifica-se a oferta de crédito está relacionada de forma positiva (e significativa a 1%) com o patrimônio líquido destes e com os depósitos totais. Quanto às variáveis macroeconômicas, o IGP e o Over apresentaram um efeito negativo, ao se considerar as operações de crédito dos bancos nacionais e o percentual do número de bancos com controle estrangeiro no sistema. A variável PIB apresentou um efeito positivo e significativo para as três variáveis dos bancos estrangeiros, indicando que um aumento na renda implicaria um aumento na oferta de crédito dos bancos nacionais.

TABELA 2

OPERAÇÕES DE CRÉDITO DOS BANCOS PRIVADOS NACIONAIS COM RELAÇÃO AOS ATIVOS TOTAIS COM A ENTRADA DOS BANCOS ESTRANGEIROS

▪ MODELO II

Variável Explicativa	C	Efeito Fixo	C	Efeito Fixo	C	Efeito Fixo
Constante	-0.408486 (-817.69)*		-0.187878 (-18.70)*		-0.132781 (-15.82)*	
(PL/AT) _{it}	0.146112 (91.41)*	0.126953 (554.25)*	0.532084 (15.56)*	0.369218 (14.37)*	1.063451 (34.06)*	0.269785 (339.40)*
(Dep/AT) _{it}	0.344484 (595.90)*	0.347111 (4196.46)*	0.377520 (26.49)*	0.383690 (37.78)*	0.247978 (25.75)*	0.385007 (1339.82)*
(CredMNB/PIB) _t	-0.146921 (-469.27)*	-0.148807 (-3307.62)*				
(PLMNB/PIB) _t			-0.957205 (-4.97)*	-1.018447 (-6.98)*		
(% de bancos CE) _t					-0.371716 (-44.41)*	-0.151938 (-765.33)*
Over _t	-0.021361 (-362.54)*	-0.021774 (-2576.08)*	-0.017882 (-12.83)*	-0.018601 (-18.18)*	-0.016316 (-17.42)*	-0.019503 (-710.61)*
Igp _t	0.005302 (91.31)*	0.005329 (637.75)*	5.40E-06 (0.004)	0.002009 (1.98)***	0.007009 (8.92)*	0.003528 (158.16)*
PIB _t	7.05E-09 (1516.09)*	7.21E-09 (10785.16)*	3.51E-09 (37.08)*	4.79E-09 (59.09)*	3.24E-09 (47.03)*	5.24E-09 (3021.28)*
No. de observações	130	130	130	130	130	130

* significativa a 1%

Os resultados obtidos para o modelo II confirmam a hipótese de que a entrada dos bancos estrangeiros afetou de forma negativa a alocação de recursos dos bancos privados nacionais para as operações de crédito. Deste modo, estes bancos passaram a destinar um volume menor dos seus ativos para as operações de crédito com a entrada das instituições estrangeiras no sistema financeiro nacional. Todos os resultados foram significantes a 1%, inclusive ao serem consideradas as especificidades de cada banco com os efeitos fixos. Com relação às variáveis bancárias (PL e DepT), ambas apresentaram um efeito positivo e significativo a 1% nas estimações com as três variáveis dos bancos multinacionais. Estes resultados dão um indicativo de que, quanto maiores forem o patrimônio líquido e o volume de depósitos totais dos bancos nacionais, mais operações de crédito serão realizadas por eles. Quando as estimações consideram os efeitos fixos sobre cada banco privado nacional, obtêm-se resultados que confirmam estes indicativos. No estudo das variáveis macroeconômicas, o *over* apresentou um efeito negativo e significativo a 1% para as três possibilidades, inclusive considerando as particularidades de cada banco, indicando que um aumento na taxa de juros implicaria uma diminuição no destino de parte dos ativos dos bancos privados nacionais para as operações de crédito. Quanto ao IGP e ao PIB, os resultados mostram que os efeitos são positivos e significantes a 1%, dando indícios de que um aumento na taxa de inflação e no PIB acarretaria maior oferta de crédito.

TABELA 3

SPREAD DOS BANCOS PRIVADOS NACIONAIS COM A ENTRADA DOS BANCOS ESTRANGEIROS

■ MODELO III

Variável Explicativa	C	Efeito Fixo	C	Efeito Fixo	C	Efeito Fixo
Constante	-0.115048 (-234.32)*		-0.160896 (-122.43)*		-0.073893 (-181.22)*	
(PL/AT) _{it}	0.256444 (244.77)*	0.267733 (1126.16)*	0.507110 (203.76)*	0.540094 (685.36)*	0.187072 (155.23)*	0.192661 (310.80)*
(Dep/AT) _{it}	0.426081 (960.98)*	0.426347 (4251.69)*	0.329096 (246.46)*	0.325655 (775.46)*	0.510600 (950.26)*	0.510994 (1846.51)*
(CredMNB/PIB) _t	-0.108997 (-361.47)*	-0.109800 (-1612.71)*				
(PLMNB/PIB) _t			-1.872305 (-94.69)*	-1.858737 (-301.55)*		
(% de bancos CE) _t					-0.279368 (-575.66)*	-0.279906 (-1121.13)*
Over _t	-0.017837 (-468.03)*	-0.018022 (-2083.60)*	-0.015846 (-145.94)*	-0.015879 (-458.01)*	-0.022121 (-630.85)*	-0.022226 (-1229.17)*
Igp _t	0.021154 (712.51)*	0.021172 (3154.01)*	0.026500 (416.62)*	0.026768 (1346.22)*	0.020964 (932.58)*	0.020965 (1812.63)*
PIB _t	-5.14E-10 (162.58)*	-5.13E-10 (716.35)*	-1.77E-10 (22.10)*	-1.96E-10 (78.44)*	-7.39E-10 (295.71)*	-7.39E-10 (575.03)*
No. de observações	130	130	130	130	130	130

* significante a 1%

Com relação ao *spread* dos bancos privados, os resultados dão indícios de que a maior participação dos bancos estrangeiros teve um efeito negativo, seja considerando-se a variável CredMNB, PLMNB ou o percentual dos bancos com controle estrangeiro no sistema. Todos os resultados foram significantes ao nível de 1%. O patrimônio líquido e os depósitos totais apresentaram um efeito positivo e significante a 1% com relação às três variáveis dos bancos estrangeiros. Quanto às variáveis macroeconômicas, o *over* e o PIB têm efeitos negativos e significantes a 1%, enquanto o IGP tem um efeito positivo e também significante a 1%. Estes resultados indicam que quanto maiores a taxa de juros e a renda nacional menor será o *spread* dos bancos nacionais e quanto maior a taxa de inflação, maior será o seu *spread*. Ao se repetir as regressões captando-se as especificidades de cada banco através dos efeitos fixos, os resultados confirmam todas as análises retromencionadas.

TABELA 4

TAXA DE RENDIMENTO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DOS BANCOS PRIVADOS NACIONAIS COM A ENTRADA DOS BANCOS ESTRANGEIROS

■ MODELO III

Variável Explicativa	C	Efeito Fixo	C	Efeito Fixo	C	Efeito Fixo
Constante	0.530064 (698.63) *		0.190162 (248.21) *		-0.108649 (-267.32) *	
(PL/AT) _{it}	-0.424754 (-1183.08) *	-0.424537 (-1364.55) *	-0.320053 (-1207.63) *	-0.319865 (-2436.43) *	-0.710544 (-1119.33) *	-0.715352 (-633.93) *
(Dep/AT) _{it}	0.187637 (1118.15) *	0.187448 (1287.92) *	0.153459 (1183.97) *	0.153248 (2382.94) *	0.207145 (1102.43) *	0.209138 (625.46) *
(CredMNB/PIB) _t	-0.399087 (-653.32) *	-0.401104 (-756.69) *				
(PLMNB/PIB) _t			-8.676600 (-444.72) *	-8.807934 (-904.42) *		
(% de bancos CE) _t					1.112490 (1669.85) *	1.106914 (937.65) *
Over _t	0.071601 (1179.72) *	0.071520 (1358.11) *	0.108630 (1892.39) *	0.108998 (3803.69) *	0.105805 (2163.70) *	0.105948 (1220.47) *
Igp _t	0.064851 (865.03) *	0.064654 (994.51) *	0.034521 (479.14) *	0.034062 (946.97) *	0.060323 (1370.20) *	0.060791 (777.39) *
PIB _t	-4.36E-09 (-497.50) *	-4.36E-09 (-573.09) *	-1.08E-09 (-128.26) *	-1.04E-09 (-249.30) *	-2.48E-09 (-636.05) *	-2.51E-09 (-361.53) *
No. de observações	130	130	130	130	130	130

* significante a 1%

O efeito dos bancos estrangeiros sobre a taxa de rendimento das operações de crédito dos bancos privados nacionais também foi negativo com relação ao crédito dos bancos multinacionais e ao patrimônio líquido destes, todos significantes a 1%, porém, com relação ao percentual do número de bancos com controle estrangeiro no sistema financeiro nacional, este efeito foi positivo e significante a 1%. Este resultado conduz ao fato de que a taxa de rendimento das operações de crédito dos bancos privados nacionais estaria sendo afetada pelo tamanho dos bancos estrangeiros, através dos grandes volumes das operações de crédito ou do patrimônio líquido e não pela quantidade destes. O patrimônio líquido apresentou uma influência negativa e significante a 1% sobre a taxa de rendimento das operações de crédito, enquanto os depósitos totais têm um efeito positivo e também significante a 1%; ou seja, quanto maior for o banco privado nacional, menor será a taxa de rendimento das operações de crédito, ocorrendo o inverso quanto maior for o montante dos depósitos totais. As variáveis macroeconômicas *over* e IGP influenciam de forma positiva e significante a 1% a taxa de rendimento das operações de crédito e o PIB tem

efeito negativo e significativa a 1%. Considerando-se os efeitos particulares sobre cada banco privado através dos efeitos fixos, os resultados são os mesmos há pouco descritos.

TABELA 5

MARGEM DE LUCRO LÍQUIDA DOS BANCOS PRIVADOS NACIONAIS COM A ENTRADA DOS BANCOS ESTRANGEIROS

■ MODELO III

Variável Explicativa	C	Efeito Fixo	C	Efeito Fixo	C	Efeito Fixo
Constante	0.076004 (1272.20)*		0.381419 (7118.78) *		0.090176 (866.70) *	
(PL/AT) _{it}	0.408267 (3662.30) *	-0.013073 (-0.68)	0.056141 (520.85) *	-0.195195 (-624.06) *	0.060595 (244.49) *	0.055986 (232.01) *
(Dep/AT) _{it}	-0.070036 (-1979.31) *	0.178639 (27.12) *	-0.155217 (-3807.48) *	0.216736 (2533.88) *	0.092432 (182.74) *	0.092432 (182.74) *
(CredMNB/PIB) _t	0.075340 (1662.88) *	-0.278591 (-15.03) *				
(PLMNB/PIB) _t			5.829142 (5305.36) *	-5.471935 (-1058.10) *		
(% de bancos CE) _t					-0.310670 (-3218.19) *	-0.310670 (-3218.19) *
Over _t	-0.002973 (-557.38) *	0.034040 (16.46) *	0.022957 (4742.28) *	0.036851 (2254.36) *	-0.005710 (-479.73) *	-0.005710 (-448.83) *
Igp _t	0.001973 (364.94) *	-0.027005 (-11.31) *	0.005072 (1747.03) *	-0.021792 (-1182.56) *	-0.015713 (-1393.29) *	-0.015713 (-1354.80) *
PIB _t	-5.74E-10 (-1100.19) *	-1.66E-09 (-8.01) *	-3.07E-09 (-8927.09) *	-2.58E-10 (-153.98) *	-5.05E-12 (-4.57) *	-5.80E-12 (-5.80) *
No. de observações	138	138	138	138	138	138

* significativa a 1%

A margem de lucro líquida dos bancos privados nacionais foi afetada de forma positiva e significativa a 1% com relação às variáveis de tamanho dos bancos estrangeiros (crédito e patrimônio líquido), mas com relação ao percentual do número de bancos com controle estrangeiro no sistema bancário nacional, este efeito é negativo e significativo. Isto leva ao entendimento de que a margem de lucro líquida é afetada negativamente pela quantidade de bancos estrangeiros que passa a competir no mercado. Ao verificar-se os efeitos fixos sobre cada banco nacional, o resultado tem o sinal contrário para as variáveis CredMNB e PLMNB e o mesmo para o percentual dos bancos estrangeiros. O patrimônio líquido apresentou um efeito positivo e significativo a 1% sobre a margem de lucro líquida, porém, ao ser considerado o efeito específico para cada banco, este resultado é dúbio, pois foi negativo e não significativo com relação à variável CredMNB, negativo e significativo a 1% para o PLMNB e positivo e significativo a 1% com referência ao percentual do número de bancos com controle

estrangeiro no sistema bancário nacional. Quanto aos depósitos totais, o efeito é negativo e significativo a 1% com relação ao crédito e patrimônio líquido dos bancos estrangeiros e positivo com referência ao percentual do número de bancos estrangeiros no sistema. As variáveis macroeconômicas *over* e PIB têm um efeito negativo e significativo a 1%, quando consideradas as variáveis CredMNB e percentual do número de bancos com controle estrangeiro no sistema bancário nacional, mas positivo e significativo a 1% com relação ao PLMNB, enquanto o IGP influencia positivamente a margem de lucro líquida dos bancos privados nacionais, com relação às variáveis de tamanho dos bancos estrangeiros (crédito e patrimônio líquido) e negativamente com relação ao NB.

TABELA 6

LUCRATIVIDADE DOS BANCOS PRIVADOS NACIONAIS COM A ENTRADA DOS BANCOS ESTRANGEIROS

■ MODELO III

Variável Explicativa	C	Efeito Fixo	C	Efeito Fixo	C	Efeito Fixo
Constante	-34.71873 (-7.56)		-36.95664 (-7.47)*		-39.79866 (-8.23)*	
(PL/AT) _{it}	45.17017 (7.31)	45.04118 (5.19)*	50.17154 (7.97)*	53.39036 (5.87)*	47.86030 (7.60)*	53.13855 (6.43)*
(Dep/AT) _{it}	3.730181 (1.75)***	8.191676 (3.14)*	2.562325 (1.17)	7.014855 (2.61)**	3.459638 (1.58)	9.248168 (3.50)*
(CredMNB/PIB) _t	-10.22231 (-3.01)*	-13.18885 (-3.80)*				
(PLMNB/PIB) _t			-126.7270 (-1.42)	-185.8292 (-1.99)**		
(% de bancos CE) _t					-9.674728 (-2.28)**	-13.88744 (-3.19)*
<i>Over</i> _t	-0.193593 (-0.48)	-0.180539 (-0.45)	0.694350 (1.79)***	0.717436 (1.85)***	0.623486 (1.55)	1.012167 (2.56)**
Igp _t	0.122255 (0.26)	0.404078 (0.83)	0.340792 (0.72)	0.620125 (1.30)	0.184288 (0.39)	0.748518 (1.51)
PIB _t	4.17E-07 (10.01)*	4.59E-07 (10.94)*	4.14E-07 (9.12)*	4.48E-07 (9.61)*	4.65E-07 (10.42)*	6.37E-07 (14.15)*
No. de observações	138	138	138	138	138	138

* significativa a 1%

** significativa a 5%

*** significativa a 10%

Finalmente, a lucratividade dos bancos privados nacionais também é afetada de forma negativa pelos bancos estrangeiros, seja pelo volume das operações de crédito (significante a 1%), pelo patrimônio líquido (não significante) ou pelo percentual do número de bancos com controle estrangeiro no sistema bancário nacional (significante a 5%). Considerados o efeitos fixos, os resultados também são negativos e significantes a 1%, 5% e 1%, respectivamente. O efeito do patrimônio líquido e dos depósitos é positivo, sendo o primeiro (PL) não significante com relação às operações de crédito dos bancos estrangeiros e significante a 1% para as demais variáveis, enquanto o segundo (Dep) é não significante tanto para o PLMNB quanto para o percentual do número de bancos com controle estrangeiro no sistema bancário nacional e significante a 10% para as operações de crédito. O PIB apresentou um efeito positivo e significante a 1% com relação a todas as variáveis dos bancos estrangeiros, inclusive com relação aos efeitos fixos. Já o IGP apresentou um resultado positivo e não significante para todas as variáveis em ambos os casos. Por fim, o Over apresentou um efeito negativo e não significante com relação às operações de crédito, positivo e significante a 10% com relação ao PLMNB e positivo e não significante para o percentual do número de bancos com controle estrangeiro no sistema bancário nacional.

CONCLUSÃO

Este trabalho constatou que a maior participação dos bancos com controle estrangeiro no sistema bancário nacional, no que diz respeito à oferta de crédito, afetou de forma negativa os bancos privados domésticos, tanto no tocante ao volume quanto à composição do *portfolio* destes, considerando que não houve uma prioridade para o crédito nas suas operações de ativos no período pós-real. Isto pode decorrer do fato de os bancos estrangeiros normalmente emprestarem para grandes empresas cujo risco é baixo, deixando para os bancos privados nacionais apenas empréstimos mais arriscados que de forma geral não seriam tão interessantes para estes.

Este efeito negativo também se constata com relação ao *spread* e à lucratividade dos bancos privados nacionais. No entanto, com relação à taxa de rendimento das operações de crédito destes, o efeito negativo diz respeito ao porte dos bancos estrangeiros, aqui representado pelas operações de crédito e patrimônio líquido destes, enquanto, considerando-se o percentual do número de bancos com controle estrangeiro no sistema bancário nacional, o efeito é positivo. Com relação à margem de lucro líquida dos bancos privados domésticos, o efeito é positivo para as variáveis de tamanho e negativo para a de quantidade dos bancos estrangeiros. O resultado obtido para a lucratividade vem confirmar o fato de que um aumento na participação dos bancos estrangeiros leva a menores lucros dos bancos domésticos, como afirmavam Claessens, Demirgüç-Kunt e Huizinga (1998).

Em resumo, o saldo da liberalização financeira no Brasil, no que diz respeito à oferta de crédito, não foi tão positivo quanto o propagado. Embora não tenha sido escopo desta pesquisa, presume-se que os bancos multinacionais, através do aumento da competitividade, tenham melhorado a eficiência dos bancos privados domésticos, porém, o resultado desta competição internacional no período pós-real foi uma queda na quantidade de crédito disponível para investimento e talvez um crescimento do financiamento especulativo, alertando, portanto, para que as políticas devam ser cautelosas quanto às orientações dos movimentos destes capitais. Provavelmente os empreendedores locais tiveram menos acesso

ao crédito, haja vista que os bancos estrangeiros tendem a se concentrar mais nas firmas multinacionais, como sugeria Stiglitz (1993), ao chamar a atenção para os potenciais custos em que poderiam incorrer os bancos domésticos, empreendedores locais e os resultados governamentais, com a entrada dos bancos com controle estrangeiro. Outra possibilidade é que os bancos privados nacionais não tenham incrementado seus empréstimos porque o valor líquido destes poderia estar acima de um patamar considerado seguro e então não estariam dispostos a ofertar mais crédito, a menos que seu valor líquido cresça, como Weller (1999) aventava.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, F., Santomero, A. M.**, 2001, “What do Financial Intermediaries do?”, *Journal of Banking and Finance* 25, 271- 294.
- ALLEN, F., Santomero, A. M.**, 1998, “The Theory of Financial Intermediation”, *Journal of Banking and Finance* 21, 1461-1485.
- BACEN**, Evolução do Sistema Financeiro Nacional – Bancos Brasileiros de Dez/ 1988 a Dez/2000.
- BAER, W., and Nazmi, N.**, 2000, “Privatization and Reestructuring of Banks in Brazil”, *The Quarterly Review of Economics and Finance* 40, 3-24.
- BHATTACHARYA, S., and Thakor, A. V.**, 1993, “Contemporary Banking Theory”, *Journal of Financial Intermediation* 3, 2-50.
- CLAESSENS, Stijn, A. Demirgüç-Kunt, and H. Huizinga**, 2001, “How does Foreign Entry Affect the Domestic Banking Market?”, *Journal of Banking and Finance* 25, 891-911.
- DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli and Enrica Detragiache**, 1998, “Financial Liberalization and Financial Fragility, Policy Research Working Paper #1917, Washington DC: World Bank.
- FORTUNA, E.**, 1998, *Mercado Financeiro Produtos e Serviços*, 2ª Edição, Ed. Qualitymark.
- FREIXAS, Xavier and Jean Charles Rochet** (1997). *Microeconomics of Banking*. The MIT Press, Cambridge, MA.
- FRY, Maxwell**, 1995, *Money, Interest, and Banking in Economic Development*, 2nd Edition, Baltimore MD: Johns Hopkins University Press.
- GREENWALD, Bruce, and Joseph E. Stiglitz**, 1990, *Macroeconomic Models with Equity and Credit Rationing*, in Glenn Hubbard, ed. *Asymmetric Information, Corporate Finance, and Investment*, Chicago IL: NBER.
- HAGGARD, S., Lee, Chung H. and Sylvia Maxfield**, 1993, *The Politics of Finance in Developing Countries*, Cornell University Press.
- HASTINGS, Laura A.**, 1993, “Regulatory Revenge: The Politics of Free – Market Financial Reforms in Chile”, in *The Politics of Finance in Developing Countries*, Cornell University Press, p.201.
- I. G. Patel**, “Selective Credit Controls in Underdeveloped Areas,” in *Money and Monetary Policy in less Developed Countries*, ed. Warren L. Coats, Jr., and Deena R. Khatkhate (New York: Pergamon), p.563.
- J. Ahrendorf**, 1980, “Central Bank Policies and Inflation: A Case Study of Four LDCs, 1949 -1957,” in *Money and Monetary Policy in less Developed Countries*, ed. Warren L. Coats, Jr., and Deena R. Khatkhate (New York: Pergamon), p.437.
- KING, Robert G., and Ross Levine**, 1993, “Finance, Entrepreneurship, and Growth –

Theory and Evidence”, *Journal of Monetary Economics* 32, 513-542.

LEVINE, R., 1996, “Foreign Banks, Financial Development, and Economic Growth”, in: Claude, E. B. (Ed.), *International Financial Markets*. AEI Press, Washington, DC.

MAXFIELD, Sylvia, 1993, “The Politics of Mexican Financial Policy”, in *The Politics of Finance in Developing Countries*, Cornell University Press, p. 230.

NESS JR., Walter L., 2000, “Reducing Government Bank Presence in the Brazilian Financial System Why and How”, *The Quarterly Review of Economics and Finance* 40, 71-84.

NIYAMA, Jorge & Gomes, Amaro (1999). *Contabilidade de Instituições Financeiras*. Editora Atlas, São Paulo.

PUGA, Fernando P., 1999, “Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação Recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à Crise Cambial”, em: Gianevagi, Fábio e Moreira, Maurício M., *A Economia Brasileira dos Anos 90*, BNDES, RJ.

RÖTHELI, Tobias F., 2001, “Competition, Herd Behavior, and Credit Cycles: Evidence from Major Swiss Banks”, *Journal of Economics and Business* 53, 585-592.

STIGLITZ, J. E., 1993, “The Role of the State in Financial Markets”, in: *Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics*, p. 19-52.

WELLER, Christian E., 1999, “Financial Liberalization, Multinational Banks and Credit Supply: The Case of Poland”, Working Paper B10, 1999, ZEI – Center for European Integration Studies.

WELLER, Christian E., 2001, “The Supply of Credit by Multinational Banks in Developing and Transition Economies: Determinants and Effects”, DESA Discussion Paper No. 16, March 2001, United Nations.